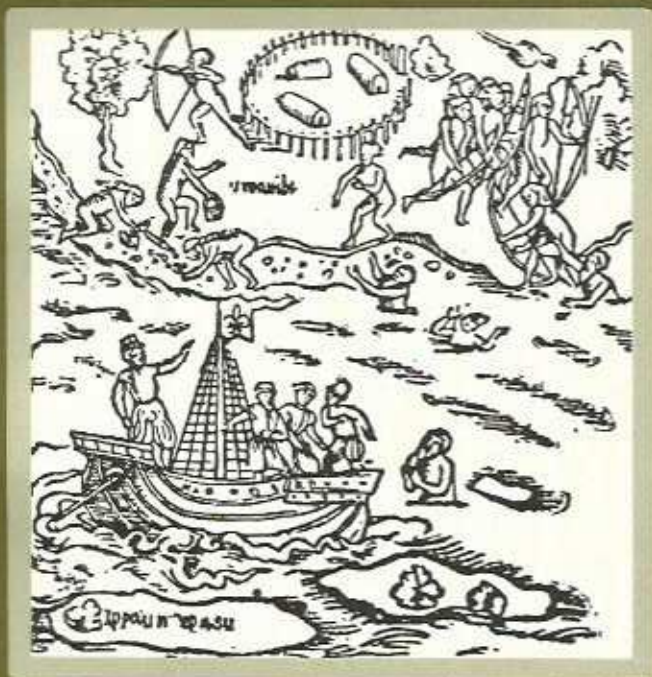


Senhores e Escravos

A escravidão
do indígena no Brasil



Aluysio Mendonça Sampaio

Este livro de Aluísio Mendonça Sampaio, escrito em 1944, focaliza a escravidão do indígena no Brasil, os relacionamentos entre colonizadores e índios na era colonial e as respectivas influências na formação de nosso povo.

Já se esboça, na obra, a visão dialética adotada pelo autor na interpretação da nossa história e que se consolidou em seus *Brasil - Síntese da Evolução Social e O que é Reforma Agrária*, livros estes de leitura necessária para a exata compreensão da evolução social do Brasil.

Saliente-se não ser numerosa a bibliografia sobre a escravidão do indígena no Brasil. Malgrado isso, este livro, apesar de premiado em concurso realizado no Colégio Estadual de Sergipe, permaneceu inédito até agora. Escrito há cinquenta anos, continua atual, porque se reveste de importância para compreensão do papel do ameríndio na formação de nosso povo, a despeito do processo de aculturação a que historicamente foi submetido.

Senhores e Escravos

**A escravidão
do indígena no Brasil**

Aluysio Mendonça Sampaio

Senhores e Escravos

A escravidão
do indígena no Brasil



Título original:

Senhores e Escravos (A Escravidão do Indígena no Brasil)

Projeto Gráfico:

Aluysio Mendonça Sampaio

André Cremaschi Sampaio

Capa:

André Cremaschi Sampaio

© - Copyright - 1944 by Aluysio Mendonça Sampaio

*Todos os direitos reservados de acordo com a
legislação em vigor.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sampaio, Aluysio, 1926-

Senhores e escravos : a escravidão indígena no
Brasil / Aluysio Mendonça Sampaio. — São Paulo :
Carthago & Forte, 1994.

Bibliografia.

1. Brasil - História 2. Escravidão - Brasil
3. Índios - Brasil 4. Índios - Tratamento recebido
I. Título.

94-1289

CDD-980.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Índios : Escravidão : Política indigenista
portuguesa : História 980.5
2. Índios : Escravidão : Política indigenista portu-
guesa : Brasil : História 980.5

Índice

<i>Nos tempos do pau brasil</i>	<i>11</i>
<i>Capitanias hereditárias</i>	<i>21</i>
<i>Tomé de Souza</i>	<i>29</i>
<i>Duarte da Costa</i>	<i>37</i>
<i>Mem de Sá.....</i>	<i>41</i>
<i>A conquista da terra.....</i>	<i>49</i>
<i>Nos tempos das invasões holandesas</i>	<i>63</i>
<i>Os índios nas bandeiras e nas minas.....</i>	<i>79</i>
<i>O Brasil volta a ser domínio português</i>	<i>85</i>
<i>O colono português.....</i>	<i>91</i>
<i>O jesuíta e o Brasil</i>	<i>95</i>
<i>O índio na evolução do povo brasileiro.....</i>	<i>99</i>
<i>Pombal e o Brasil</i>	<i>107</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>110</i>

Nota Do Autor

Este livro, escrito em 1944, obteve o primeiro lugar em concurso promovido, naquele ano, no Colégio Estadual de Sergipe, por José Calasans, ilustre escritor e então professor do mencionado estabelecimento de ensino.

Recentemente, retirando, do baú dos esquecidos, os originais, os reli e, no sentimentalismo do velho que volta os olhos para suas realizações remotas, xerografei algumas cópias, enviando-as a alguns amigos. Julgava que a monografia, escrita aos dezessete anos, estaria cheia de ingenuidades. Assim, porém, não consideraram amigos consultados a respeito.

Reexaminando, então, a monografia, constatei que continua válida a interpretação dos fatos relativos ao indígena no Brasil.

Decidi publicá-la.

Não ousei, todavia, reescrevê-la. Limitei-me a corrigir a ortografia e algumas impropriedades compreensíveis num adolescente, mas cuja permanência na monografia não se evidencia apropriada.

No texto original parecia admitir integralmente a opinião de Von Martius a respeito do nosso indígena, por ele considerado como pertencente a povos decaídos, **"ruínas de antigos povos, último fruto de muitas catástrofes de longa duração."**

Preservei o registro da opinião do mencionado naturalista, mas como opinião dele, por mim não endossada.

Decidindo agora publicá-la, não o faço apenas como resgate do adolescente, mas, sobretudo, na convicção do acerto da interpretação dos acontecimentos, lastreada no espírito humanístico que foi e continua sendo rumo e alicerce de minha concepção de vida.

Ademais, parece-me rara a bibliografia a respeito da escravidão do indígena no Brasil, ainda merecendo destaque, apesar de nem mesmo alcançar o século XVII, o livro de Alexander Marchant — **Do Escambo à Escravidão.**

Espero que este estudo monográfico, publicado meio século depois de ter sido escrito, seja de utilidade para os interessados no tema.

Aluysio Mendonça Sampaio

Nos tempos do pau brasil

UVASTAS florestas correndo ao longo do litoral. Papagaios cortando ares em rasgados vôos. Nenhuma cidade, nenhuma torre se erguendo para o alto. Somente índios — um povo que, no desenrolar de sua história brumosa, estava em um grau de cultura primitiva — apareceram diante dos olhos dos portugueses que com Cabral aqui chegaram naquela manhã clara de 1500.

Os homens indígenas eram musculosos, e "a feição deles — vista por Pero Vaz de Caminha — é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos."

As mulheres, despidas, roçavam seus corpos acobreados nos portugueses recém-chegados que ficaram deslumbrados com tanta beleza. Elas, as índias, foram para os portugueses uma "moura encantada", enchendo as suas cabeças de novos sonhos e de novos desejos.

Quando os índios viram os portugueses pela primeira vez — homens brancos, de cabelos negros, que traziam coisas estranhas — logo os julgaram seres divinos e por isso os chamaram de caraibas. O povo americano era um povo ingênuo.

Os portugueses — povo de idéias essencialmente mercantilistas — encontraram na sua nova descoberta uma terra sem ouro ou outras riquezas fabulosas, habitada por uma gente assim como o indígena — um homem que não era mercantilmente produtor. Era natural que voltasse as vistas para o oriente, porque lá habitavam os homens de olhos oblíquos, já civilizados e por isso mesmo, de mais fácil relacionamento comercial. Lá, além disso, brilhava a estrela que sempre deslumbrou o português — o ouro.

E aqui, na Terra de Santa Cruz, os indígenas nem sequer conheciam o metal. Ainda viviam a idade da pedra. Somente o pau brasil era uma promessa para saciar a ambição portuguesa. Mas esse produto — conforme opinião de Vesputio — era "mediocre quando em comparação com as especiarias". E além de tudo o seu comércio fazia-se muito mais arriscado que o comércio das coisas orientais.

Por isso — repito — era natural que os portugueses se desinteressassem da Terra de Santa Cruz e olhassem cobiçosos

para o oriente. Natural que eles esquecessem o pau brasil e procurassem as especiarias da Índia.

Mas, apesar desse desinteresse, um dia Portugal despertou. E então organizaram-se as expedições exploradoras. A primeira (1501) vinha comandada por Gaspar de Lemos ou André Gonçalves. A segunda teve como comandante Gonçalo Coelho, e ainda nela, talvez, como na primeira, estivesse o célebre Américo Vespúcio, que, como já me referi acima, "não achou que a região valesse muito; sem ouro, sem novos produtos, parecia-lhe uma propriedade mesquinha; apenas notava a existência do pau brasil, produto medíocre quando em comparação com as especiarias".

Com estas desconsoladoras notícias de Vespúcio, era natural que D. Manuel se desinteressasse ainda mais pela Terra de Santa Cruz. E, evidentemente, assim aconteceu.

Logo após à chegada da segunda expedição exploradora, o rei de Portugal arrendou a Terra de Santa Cruz a um grupo de cristãos novos, tendo à frente Fernão de Loronha ou Noronha. Assim, o comércio do pau brasil passou a ser monopólio desse grupo de judeus. O prazo do arrendamento foi por três anos, terminando em 1505. No contrato, os arrendatários se comprometeram a mandar anualmente navios à terra arrendada, a descobrir ao mesmo tempo trezentas léguas de terra, a fundar e manter, durante três anos, uma fortaleza. No primeiro ano eles nada pagavam à Coroa, mas, no entanto, pagavam um sexto no segundo e no terceiro, um quarto. Por sua vez, o rei de Portugal era obrigado a proibir o comércio do pau brasil extraído da Índia. Foi este, num aspeto geral, o primeiro con-

trato do pau brasil. Iniciava-se o primeiro ciclo da economia nacional.

O pau brasil é uma árvore da cor de brasa, que "engalha como os carvalhos de nossas florestas, havendo algumas tão grossas — diz Jean de Lery — que três homens não lhes abarcariam o tronco". É madeira dura, de difícil extração. Por isso foi que, quando os portugueses aqui chegaram para explorar o pau brasil, viram-se em situação difícil. Numa terra assim como a de Santa Cruz, sem animais de carga, quem, depois de extrair o pau brasil, o conduziria para as naus portuguesas? Mas os braços vigorosos dos indígenas eram uma resposta viva à indagação dos portugueses.

Os nativos logo se deixaram encantar pelos objetos que os adventícios traziam, por suas vestes de panos vistosos, por seus colares, por todas as coisas que lhes eram desconhecidas. Então, as cobiçaram. Os portugueses, percebendo o interesse do indígena por suas bugigangas, aproveitou-o no trabalho da nova indústria — a extração do pau brasil. E os indígenas, não conseguindo reprimir os seus desejos, lançaram-se à derrubada das ibirapitangas. "Uma vez no chão espontavam os ramos, flanquejavam os troncos, tirando-lhe o branco ou alburno, porque só no âmago ou duramen estava o brasil; cortavam-nos depois em toros de 5 a 10 palmos que amontoavam em rumas." Pronto este trabalho era chegada a hora do transporte da madeira extraída para as feitorias. Sem os animais de carga para este serviço, o índio colocava os toros nos ombros, e saía em longas caminhadas para o litoral. E a esta gente tão vigorosa, que praticava tão árduo trabalho,

muitos historiadores cometem a injustiça de chamá-la de indolente. E dentre eles encontramos o grande mestre João Ribeiro, que diz: "Ao meu parecer indolente, não podia e não gostava de trabalhar." Mas a coragem com que os indígenas se lançaram na extração e no transporte do pau brasil é uma prova viva de que eles não eram, em absoluto, indolentes. Os historiadores fizeram esta injustiça de assim os julgarem porque confundiam a indolência com a imprevidência. Os habitantes da terra brasileira eram vigorosos. E se eles não tinham imensas plantações não era, absolutamente, por preguiça de trabalhar, mas por sua imprevidência. E a prova disso está no diálogo daquele velho tupinambá com Jean de Lery.

"Uma vez — conta o cronista francês — um velho índio perguntou-me: — Que significa isto de virdes vós outros, peros e mairs, buscar tão longe lenha para vos aquecer? Não a tendes por lá em vossas terras?

Respondi que tínhamos lenha, e muita, mas não daquele pau, e que não o queimávamos, como ele supunha, mas dele extraíamos tinta para tingir.

Retrucou o velho: — E por ventura precisais de tanto pau brasil? — Sim, respondi, pois em nosso país existem negociantes que têm mais panos, facas, tesouras, espelhos e mais coisas de que vós aqui podeis supor, e um só deles compra todo o pau brasil com que muitos navios voltam carregados.

— Ah! tu me dizeis maravilhas, disse o velho; e acrescentou, depois de bem alcançar o que eu dissera: — Mas esse homem tão rico não morre?

— Sim, morre como os outros.

— E quando morre, para quem fica o que é dele?

— Para seus filhos, se os tem, e na falta, para os irmãos ou parentes próximos.

— Na verdade, continuou o velho, que não era nada tolo, agora vejo que vós, peros e mairs, sois uns grandes loucos, pois que atravessais o mar com grandes incômodos, como dizeis, e trabalhais tanto a fim de amontoardes riquezas para os filhos ou parentes! A terra que vos alimentou não é suficiente para alimentá-los a eles? Nós aqui também temos filhos, a quem amamos, mas como estamos certos de que após nossa morte a terra que nos nutriu os nutrirá também, cá descansamos sem o mínimo cuidado."

Dai se conclui que a imprevidência do indígena brasileiro foi o resultado da ação que a riqueza da terra exerceu no caráter dos seus habitantes. A terra era rica, nela as frutas abundavam, nos seus rios havia peixe com fartura e os pássaros enchiam os céus de vôos e cantos suaves. O índio não sentia necessidade de trabalhar intensamente. A terra lhe dava tudo. E ele somente guardava o necessário.

Os portugueses, encantando os indígenas com suas bugigangas, fizeram com que se atirassem no árduo trabalho da extração do pau brasil. Porém, apesar do desejo incontido de possuir essas bugigangas, os habitantes da terra, despossuídos de ambição, não tinham espírito comercial. E a prova disso é que os portugueses observaram que os indígenas pagavam duas

coisas por uma que recebiam. A gente da terra era, na verdade, uma excelente presa para as grandes explorações dos portugueses.

Os contratadores de pau brasil, quando chegavam na Terra de Santa Cruz, estabeleciam feitorias em algum ponto do litoral. Ai ficava um feitor, única pessoa que podia negociar com os nativos. Pelo sistema do escambo, conseguia que o indígena fosse extrair o pau brasil, aparelhasse a madeira e a trouxesse para a feitoria. Era assim mantido o comércio entre indígenas e portugueses, nessa época pré-colonial.

Mas, apesar das vantagens alcançadas com o trabalho explorado do indígena, o comércio do pau brasil não era lá grande negócio, porque, se deixava grandes lucros, também oferecia grandes perigos: os piratas franceses infestavam os mares, ameaçando as naus que transportavam a madeira cor de brasa. E não foram raros os navios portugueses naufragados, batidos pelo canhoneio pirata.

Esses navios franceses velejaram pelos mares brasileiros desde o Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro, zona das matas do pau brasil. A princípio os índios não faziam diferença entre franceses e portugueses, e a eles não importava que estes, entre si, fossem inimigos. Porém, com o tempo, distinguiram os que tinham cabeleiras pretas dos que possuíam barba loira, a uns denominando peros e a outros, mairs. E as tribos escolheram os seus fregueses. Os tupinambás preferiram os mairs. Porém os tupiniquins escolheram os peros.

As relações que os mairs mantinham com os indígenas, em quase tudo, eram as mesmas que a dos peros. Somente em

um ponto se diferenciavam: eles não organizavam feitorias, como os portugueses, pois não tinham recursos para se defenderem eficazmente dos seus inimigos. Por isso, para manter o comércio com o gentio, deixavam em terra um intérprete, geralmente da Normandia, chamado de *trugirão*. Esse intérprete adquiria as mercadorias indígenas, e o pau brasil era amontoado em qualquer lugar perdido na vastidão do litoral.

Como os peros, os franceses usaram o mesmo sistema de escambo para adquirir as mercadorias dos gentios — pau brasil, pimenta, algodão — e também o trabalho — a extração, o aparelhamento e o transporte da *ibirapitanga*.

Os adventícios não se aproveitaram do indígena somente nesse comércio do pau brasil. Também os escravizaram. Porém a escravidão não era coisa desconhecida entre a gente da terra. Muito antes mesmo dos europeus imaginarem descobrir a América, já se usava este sistema entre os indígenas. As tribos viviam em guerras constantes. E quando uma saía vencedora, consigo levava como prisioneiros todos os derrotados no campo de luta. Chegados em sua taba, entregavam o trabalho agrícola aos homens — coisa que quase na sua totalidade era praticada pelo elemento feminino.

No próprio ano de 1500, do Amazonas saíra uma leva de escravos, nos navios de Pinzon. Las Casas, referindo-se a essa viagem, conta que "los navios vinieron... a España en fin de setiembre de 1500 años... muertos los mas de sus companêros... y los demás inocentes que cautivaron, sacados y traídos de sus tierras, privandoles de su libertad y de sus mujeres y hijos, padres y madres, y las vidas, por esclavos".

E esse próprio Pinzon, na sua viagem pelo norte do Brasil, chegou em umas "ilhas habitadas por uma gente humana e pacífica, mas que não tinham coisa alguma para contratar. Levou consigo trinta e seis escravos, pois outra coisa não acharam, para não tornar sem ganho".

Os portugueses também levavam em seus navios índios escravos, que nada custavam a eles, pois os índios, na ilusão de que iam para a Terra da Promissão, deixavam-se levar, sem resistência, para as terras de além mar. Assim aconteceu em 1511, quando a nau Bretoa saiu do Brasil levando, além das mesmas mercadorias de sempre, trinta índios escravizados. E novamente o fato repetiu-se em 1514, com a expedição de d. Nuno Manuel. "Sob a cobertura do navio — diz um alemão a um patricio residente na ilha da Madeira — está carregado de pau brasil, e na cobertura cheio de escravos."

Como se vê, muito antes de Martim Afonso de Souza, já os adventícios escravizavam índios, embora ainda não os utilizassem para os trabalhos na própria terra brasileira. Aqui, simplesmente adquiriam o índio, iludindo-o com narrativas, e os levavam aos seus navios, maravilhados, junto com "os outros animais da terra".

Durante o período que vai de 1500 a 1530, mais ou menos, justamente no ciclo do pau brasil, eram estas as relações econômicas dos adventícios com os índios: o sistema de escambo e a exportação de índios.

Nada adiantavam os protestos de D. Manuel e d. João III ao rei de França. Os piratas franceses continuavam contrabandeando nas costas brasileiras. Então D. João III envia

uma expedição comandada por Cristovam Jacques, que bem soubera cumprir a missão que lhe dera seu rei. Combateu os contrabandistas e de volta a Portugal levou consigo trezentos prisioneiros franceses. Porém isso não aplacava a ambição dos franceses. Eles continuaram velejando os nossos mares, negociando com os indígenas, deixando no seio do povo ameríndio as suas idéias e o seu próprio sangue. Eles não se conformavam com o monopólio ibérico; não aceitavam que a terra fosse dividida entre portugueses e espanhóis. Também se achavam com o direito de comerciar nas terras recém-descobertas, e de manter colônias sem submeter-se ao Tratado de Tordesilhas. Por isso eles vinham freqüentemente às terras brasileiras e em tão grande número que "durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peros (portugueses) ou aos Mair (franceses)." Por este motivo os portugueses viram-se diante de um dilema realmente difícil: "ou colonizar a terra ou perdê-la".

* * *

Capitanias hereditárias

 OS PORTUGUESES resolveram colonizar o Brasil. Em 1530, D. João III envia uma expedição comandada por Martin Afonso de Souza que, partindo de Lisboa em fins desse ano, veio atingir as costas brasileiras em janeiro de 1531. Nessa expedição vinham funcionários da Coroa, soldados, religiosos, artifices, operários e certo número de colonos, dentre os quais alguns traziam suas mulheres: quatrocentas pessoas ao todo. Depois de perseguir e capturar navios franceses nos mares brasileiros, chegam em 1532 a uma terra que "a todos os pareceu tam bem, que o capitam Martin Afonso determinou de a povoar, e deu a todos os homes terras pera fazerem fazendas". Era já a fixação do português ao solo brasileiro. Mas os franceses continuavam visitando as nossas plagas, contrabandeando com os tupinambás, ameaçando os navios

portugueses. D. João III, tendo notícias desses acontecimentos pelo relatório de Martin Afonso de Souza, viu que se tornava inadiável a promoção da colonização do Brasil, não somente para defender a terra da pirataria, como também para dela usufruir maiores lucros, numa compensação pelas despesas efetuadas nas guerras constantes contra os franceses nos mares brasileiros.

Colonizar — sim, era a única solução. Mas como? Por que meio seria possível a colonização sem acarretar despesas para a Coroa?

A idéia partira de Diogo de Gouveia. Ele propunha a D. João III que a colonização se fizesse ao mesmo tempo em vários pontos do litoral, construindo, assim, uma proveitosa defesa contra a pirataria francesa. Sugeriu que se adotasse o sistema das capitanias hereditárias, já utilizado com êxito nas ilhas de Madeira, Açores e Cabo Verde. Esse sistema, apesar das vantagens que oferecia na defesa da terra, aparentava ser um golpe contra as leis e os interesses do absolutismo real. Mas D. João III não vacilou. Compreendeu que se não tomasse uma resolução imediata, os aventureiros franceses se apossariam da terra. E fez as doações das capitanias.

Com a chegada dos donatários e dos primeiros colonos, estabeleceu-se no Brasil uma sociedade de princípios essencialmente agrários, tendo como base principal o açúcar. E construíram-se os primeiros engenhos. Muitos julgam que a cana haja sido introduzida no Brasil por Martin Afonso de Souza, em 1532, na capitania de S. Vicente, daí se irradiando para o resto do Brasil. Porém Luiz Amaral assevera, na pág. 64 do volume II de sua HISTÓRIA GERAL DA AGRICULTURA

BRASILEIRA, que a cana no Brasil foi introduzida, em 1516, por Cristóvam Jacques, na capitania de Itamaracá, onde se iniciou a nossa indústria açucareira. "De resto, — diz Luiz Amaral — se é certo que ficou apenas em projeto a idéia, que teve a Casa da Índia, em 1516, de mandar-nos alguns técnicos na fabricação de açúcar, pode-se considerar também certo que, se não vieram os técnicos, veio a cana, pois em 1526 a alfândega de Lisboa já cobrava impostos de entrada do açúcar brasileiro".

Estabelecidos assim em uma sociedade de base econômica essencialmente agrícola, os portugueses logo sentiram a necessidade de um trabalho intenso disciplinado — coisa que eles não praticavam, porque vinham como senhores, e simplesmente desejavam se deitarem comodamente no fundo das redes, dando gritos a seus criados. Por isso, eles ainda mais uma vez foram buscar auxílio no braço do indígena.

Quando Cabral pisou a terra brasileira, em 1500, naquela manhã cheia de luz, já o indígena, graças a ele próprio, ou a seus antepassados, praticava a agricultura, em um grau mais ou menos igual ao então conhecido na Europa, onde ele decaíra notavelmente, depois de ter conhecido o apogeu à época da queda do Império Romano. Assim é que eles já conheciam, naquela época remota, anterior mesmo a 1500, o fumo, o algodão, o milho, a mandioca, a batata doce, a batatinha (inexplicavelmente chamada batata inglesa), o feijão, a abóbora, e o arroz. Já cultivavam, pois, quase todos os produtos agrícolas da época colonial, com exceção do trigo e da cana de açúcar".

Os indígenas, estando em tal grau de cultura agrária, não possuíam vastas plantações, porque duas coisas limitavam

os seus conhecimentos. Uma: eles viviam a idade da pedra, o que lhes tornava a faina agrícola verdadeiramente penosa. Outra: o indígena, como já disse em outro lugar deste estudo, não era, em absoluto, providente. Mas, apesar da sua imprevidência, da sua despreocupação pelo futuro, da sua ausência de um espírito ambicioso e da sua nenhuma idéia de fartura, os indígenas sempre possuíam o necessário — o suficiente para satisfazê-los. Todas as manhãs iam às suas plantações e lá somente colhiam o suficiente para o dia e não faziam — como é comum entre os povos — armazenagem de produtos. Iam colhendo aos poucos.

As fainas agrícolas entre os indígenas eram, na sua maior parte, praticadas pelas mulheres. Os homens simplesmente limpavam a terra. As mulheres plantavam e colhiam. "Todos candidatos à mão de uma moça — diz Luiz Amaral — eram obrigados a trabalhar na lavoura do pai dela, durante três anos; só aí o futuro sogro escolhia o melhor entre eles." Também os prisioneiros de guerra, os vencidos escravizados, iam para as fainas agrícolas. Por isso é que João Dornas Filho afirma que as fainas agrícolas entre os indígenas eram humilhantes, porque o homem ficava numa situação de mulher. Num aspeto geral, podemos dizer, então, que a agricultura era trabalho feminino, enquanto que a caça e a pesca — onde se vivia uma vida mais nômade e mais livre — eram praticadas pelos homens.

Os indígenas eram um povo mais agrícola do que o português mercantilista. Foram eles que entraram com a maior contribuição dos produtos agrícolas da época colonial. Os portugueses contribuíram com a cana, o trigo e outros.

Foi no indígena que o português encontrou solução para os trabalhos de suas plantações e canaviais.

Nos princípios das capitanias, os portugueses continuavam mantendo o mesmo sistema de escambo já utilizado na exploração do pau brasil. A gente da terra ainda continuava encantada com as bugigangas portuguesas — pentes, espelhos ou colares — e por isso se alugavam facilmente. Também pelo sistema de escambo os portugueses adquiriam dos nativos os produtos da terra de que necessitavam. Durante esse tempo a vida se desenrolava normalmente. Os indígenas entravam livremente nas vilas dos portugueses, trabalhavam até quando bem queriam, e de lá saíam sem molestar nem serem molestados. Foi, como se vê, um período de uma paz relativa.

Durante todo o ciclo do pau brasil, os portugueses exportavam índios escravos, mas ainda ilegalmente. Pero Goes obtivera de Martim Afonso de Souza a permissão dada pela carta de sesmaria de 13 de março de 1533, que assim dizia: "E por este dou licença a Pero Goes que possa mandar nos próprios navios que a este porto vierem de El-Rey Nosso Senhor, dezessete peças de escravos, porquanto ella cá muito me serve". Até então não existiam escravos trabalhando em terras brasileiras. Somente a partir das capitanias hereditárias, os índios escravizados trabalham na própria terra, sob a luz de seu próprio céu, vendo as estrelas de suas próprias noites. Os portugueses aprofundavam a ferida que abriram na nossa história — a escravidão do índio.

Por dois modos distintos os portugueses adquiriam os seus escravos. Um, comprando a uma tribo os seus prisioneiros de guerra. Outro, escravizando o índio a ferro e fogo. Por

causa desse segundo método os indígenas se rebelaram em várias capitânicas, lançaram o seu grito de guerra, incendiaram vilas, mataram colonos, encheram os portugueses de terror. Esta foi a verdadeira causa da tragédia das capitânicas. Os portugueses eram excelentes comerciantes, descobridores de novos horizontes, mas nunca bons colonizadores. O rei de Portugal concebera o melhor plano de colonização — as capitânicas hereditárias — mas os portugueses que aqui chegaram desmancharam com os pés o que D. João III tinha construído com as mãos. Durante o período das capitânicas, o maior inimigo do português não foi o francês nem o índio: foi o próprio português. Talvez estas tragédias tivessem acontecido porque o governo era descentralizado, e cada donatário se guiava por seus próprios interesses, deixava-se levar por sua ambição, e ia escravizar os índios. Eles faziam isso com crueldade, tratando os índios como animais. Tanto assim que fôra preciso a Bula VERITAS IPSA de 1533, pelo Papa Paulo III, declarando os índios homens racionais. Mas os portugueses estavam muito longe e sua ambição desmesurada impedia-lhes entenderem o significado destas palavras. Os peros viam nos habitantes da terra — homens nus, de corpos acobreados — substitutos dos animais de carga que não existiam no Brasil. E os escravizaram a ferro e fogo. Mas essa escravidão inumana levantou os indígenas contra os colonos.

"São escassos os documentos acerca da escravização de índios para o uso no próprio Brasil, nos anos anteriores a 1549 — diz Alexander Marchant. Não há menção de uso de índios escravos pelos traficantes de pau brasil, e a julgar pelo que se conhece do tráfico, esse uso não era desejado. Mas em 1545 Pero Goes tinha índios a trabalhar em

lavouras e também possuía suficientes escravos e gente para os engenhos. No mesmo ano, também em S. Vicente, a capitania de Martim Afonso de Souza possuía mais de três mil escravos distribuídos por seis engenhos de açúcar e respectivas lavouras. Provas ulteriores, aplicadas retrospectivamente, indicam a presença de escravos índios em algumas capitanias antes de 1549. Em 1547 foi feita uma grande expedição entre os índios carijós, muitos dos quais foram aprisionados e vendidos em várias capitanias. Apontam-se numerosos índios escravos em Porto Seguro, Pernambuco e S. Vicente."

Já informava Pero Magalhães Gandavo: "Porque como estes índios cobiçam muito algumas coisas que vam deste Reino, convém saber camizas, pelotas, ferramentas e outras peças semelhantes vendiamse a troco dellas huns aos outros aos Portuguezes: os quaes a volta disto salteavam quantos queriam, e faziamlhes muitos escravos, sem ninguém lhes hir à mão. Mas ja agora nam ha esta desordem na terra, nem resgates como soya! Porque depois que os padres viram e sem razam com elles se usava e pouco serviço de Deos que daqui se seguia, proveram neste negocio e vedaram, como digo, muitos saltos que faziam os mesmos Portuguezes, por esta costa, os quaes carregavam muito suas consciencias com cativarem muitos Índios contra direito e moveramlhes guerras injustas." Ora, se não houvessem escravos índios antes de 1549 esta desordem não seria reprimida pelos padres que aqui chegaram naquele ano, com Tomé de Souza.

Sendo assim, havendo escravos na época das capitanias, e estas capitanias tendo falhado por causa da escravização

dos índios, aqui repito: os maiores inimigos dos portugueses foram os próprios portugueses.

* * *

Tomé de Souza

 D. JOÃO III logo percebeu a situação em que se achava o Brasil. As capitanias hereditárias eram um bom sistema de colonização. Mas aqui no Brasil não poderiam alcançar grande êxito porque os portugueses que aqui chegaram foram mais mercantilistas e não tanto colonizadores. Era natural que aqui no Brasil as capitanias não vingassem como nas ilhas dos Açores, da Madeira e do Cabo Verde, porque havia um obstáculo que lá não existia: as guerras dos indígenas decorrentes da falha dos colonos portugueses.

D. João III também concluiu que a melhor solução para salvar o Brasil do desastre seria criar um sistema de governo centralizado, que pudesse reprimir a ambição do colono

e, conseqüentemente, proteger o indígena contra a escravidão. E assim fez.

A capitania da Bahia era fértil, "de bons ares e boas águas", e, além de tudo, estava mais ou menos colocada no meio das outras capitanias. Por essa época, já não existia Francisco Pereira Coutinho, donatário da referida capitania. D. João III, comprando a capitania à família do desventurado donatário, "determinou povoá-la e fazer nela uma cidade que fosse como o coração no meio do corpo, donde todas (capitanias) se socorressem e fossem governadas".

Então nomeou o primeiro governador geral do Brasil.

Tomé de Souza chegou à Bahia em março de 1549, e logo se achou diante de enormes dificuldades. D. João III desejava fazer a política da não escravização do índio, mas os colonos, levados pela ambição incontida, continuavam a predação dos indígenas, que estavam espavoridos e revoltados. Além desses acontecimentos fazia-se urgente a construção da defesa da terra contra a pirataria estrangeira, o que Tomé de Souza só poderia realizar eficazmente com o auxílio do indígena. Estava numa situação crítica e era difícil a escolha. E se escravizasse os indígenas, esquecendo os desejos de D. João III? Sem dúvida adquiriria braços para a lavoura — mas isso seria uma vantagem passageira, porque, além de não obter a aliança do indígena contra os franceses e tupinambás, teria os indígenas levantados contra si, destruindo suas vilas e suas plantações. Seria reviver as tragédias das capitanias hereditárias. E se ele fizesse, in totum, os desejos de seu rei? Ai, então, além de não ver as plantações se distenderem por causa da ausência de braços suficientes para suprir as necessidades do trabalho,

também teria os próprios colonos contra si. Diante de tais dificuldades, qual a solução para o problema?

Nesse momento, Tomé de Souza revelou o seu grande tino político-administrativo. Não criou desavenças entre si e os colonos ou indígenas, nem tão pouco fugiu aos desejos de El Rei.

Antes de tudo, proibiu a escravização dos índios amigos. Agora, somente os gentios que se mostrassem hostis aos portugueses podiam ser escravizados, e assim mesmo pelas forças do governador ou por colonos que dele tivessem a devida autorização. Também poderiam ser escravizados os prisioneiros feitos em guerras justas. Tomé de Souza, com esse procedimento, adquiriu a confiança e também a sua aliança dos indígenas contra os índios inimigos (os tupinambás) e os franceses. Aos índios que o auxiliassem nas guerras contra os inimigos, doava terras em redor de S. Salvador, inteligentemente organizando a defesa contra a fúria dos tupinambás. O mesmo acontecia na capitania de S. Vicente. Os tupiniquins, colocados em volta da cidade, constituíam a melhor defesa dos portugueses. Os tupinambás, mesmo instigados pelos franceses, não podiam penetrar na cidade, e as guerras teriam de se processar longe de suas fronteiras, sem grandes ameaças para os portugueses. E os colonos compravam aos tupiniquins os seus prisioneiros de guerra, para escravizá-los.

No governo de Tomé de Souza, somente os prisioneiros de guerras, os que se mostrassem hostis aos portugueses, ou os prisioneiros dos indígenas, poderiam ser escravizados. "E para evitarem tudo isto, diz Gandavo em HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ, ordenaram os Padres, e fize-

ram com os Governadores, e Capitães da terra que nam houvessem mais resgates daquella maneira, nem consentissem que fosse nenhum Portuguez a suas aldeias sem licença do mesmo Capitam. E se algum faz o contrario, ou os agrava por qualquer via que ainda va com licença pelo mesmo cazo hé mui bem castigado conforme a sua culpa. Além disto para que nesta parte aja de engano, quantos escravos agora vem novamente, do sertão ou de humas capitánias pera outras, todos levam primeiro à alfandega e ali o examinam, e lhes fazem perguntas, quem os vendeo, ou como foram resgatados, porque ninguém os pode vender senão seus pays, se for ainda com extrema necessidade, ou aquelles que em justa guerra os cativem: os que acham mal adquiridos poenmos em sua liberdade. E desta maneira quantos Índios se compram sam bem resgatados, e os moradores da terra nam deixam por isso de hir muito avante com suas fazendas."

Como se pode ver por este trecho citado, os índios tinham a sua proteção do governo. Mas, apesar dessa proteção que dava, Tomé de Souza também castigava os índios. Assim foi que uma vez, tendo os índios devorado dois portugueses, ele aprisionou dois morubixabas "uteou-os à boca de uma peça que fez disparar em seguida. Esta crueldade, diz João Ribeiro, foi bem inútil e parece inexplicável que fosse consentida e autorizada por um homem como Tomé de Souza, que, para poupar a população ou para aumentá-la, revogava a seu arbitrio as leis penais das Ordenações, perdoadando os facinorosos de toda a casta. "

Logo Tomé de Souza também viu a necessidade urgente de suprir de alimentos os colonos, até que pudessem armazenar as colheitas. E os índios — ainda maravilhados com as quin-

quilharias portuguesas — possuíam os alimentos de que os colonos necessitavam. Assim, para adquirir estes alimentos, os portugueses usaram o sistema do escambo. Tomé de Souza, a fim de evitar desordens, proibiu aos colonos irem sem sua ordem negociar com os índios nas suas tabas, como também aos índios andarem visitando a toda hora as vilas portuguesas. E para entabolar negociações, além de usando o jesuíta como intermediário, determinou um dia na semana ou mais se necessário para dia de mercado. "Neste dia — diz Alexander Marchant — os indígenas deviam vir aos portugueses para vender-lhes o que tinham e receber dos portugueses, em troca, aquilo de que necessitassem. Ainda que não haja prova direta acerca do funcionamento deste mercado, a existência desde meio pelo qual os portugueses e índios trocavam mercadorias por mercadorias está implícita nas ordens e atos do governador."

Tomé de Souza, logo depois de chegar ao Brasil, começou a importar farinha. E para isso mandava navios a diversos pontos da costa fazer permuta principalmente com os indígenas, pois, como ainda diz Alexander Marchant, "os métodos pelos quais esse alimento era adquirido e os locais de onde o conduziam indicam a presença de índios livres produzindo alimento. Num total de vinte carregamentos, cinco constituem exceção por virem de lugares ocupados pelos portugueses. Um de Pernambuco, e dois da povoação Pereira, próximo da cidade da Bahia e próximo à baía. Em 1550 e novamente em 1553 — continua o historiador yankee — pequenos carregamentos vieram do estabelecimento à margem da baía do squawman Caramurú." Os outros vinham de povoações indígenas.

Com Tomé de Souza, chegaram ao Brasil em 1549 os jesuítas Aspicuelta Navarro, Antônio Pires, Vicente Rodrigues, Leonardo Nunes e Diogo Jacome, tendo à frente Manoel da Nóbrega.

Aparentemente os jesuítas vieram para o Brasil com a missão de cristianizar os índios. Mas, se penetrarmos no âmago da questão, veremos que eles para aqui foram enviados sobretudo com uma finalidade econômica. Se D. João III pensasse apenas na cristianização do indígena, os apóstolos da fé teriam vindo ainda com os primeiros donatários, e não somente com o primeiro Governador Geral. Sentido econômico — esta foi a realidade. D. João III, conhecedor do fracasso das capitânicas hereditárias, logo compreendeu que a causa do desastre fora não somente a pirataria, mas principalmente a rebelião dos indígenas. Também percebeu que não poderia colonizar o Brasil sem utilizar o braço do gentio. Como, em tal situação, resolver o problema? A única solução seria tirar do indígena o espírito de revolta, as idéias de liberdade, seria fazer com que o indígena baixasse o cangote. E isto só se poderia conseguir promovendo a educação religiosa. E por isso D. João III para o Brasil mandou os jesuítas.

Mas, se D. João III desejou explorar os indígenas por sua escravização — os jesuítas os defenderam. Se D. João III queria que se educasse o indígena para que ele se aproximasse dos portugueses com ares servis — os jesuítas os segregaram em suas reduções.

Os primeiros jesuítas — neles também incluindo os que vieram com José de Anchieta em companhia do segundo Governador — foram, na verdade, santos. Eles se dedicaram de

corpo e alma ao serviço da cristianização dos indígenas. Além disso, foram verdadeiros heróis, porquanto muitas guerras indígenas por eles foram sufocadas. Ainda foram educadores — e dos melhores! Na impossibilidade de manterem contato permanente com os homens — educavam as crianças. E as crianças transmitiam seus ensinamentos aos homens. Para chamar essas crianças às suas missões, escreviam seus autos, imaginavam uma infinidade de divertimentos, promoviam a alegria na alma ingênua dos indígenas. Basta dizer que mesmo as procissões no Brasil, àquela época, pareciam desfile carnavalesco, os índios dançando, cantando e gargalhando. Assim os jesuítas aproximavam os indígenas da religião.

Disse que os jesuítas foram santos. Sim — santos para uns. Impiedosos para outros. Santos para os que quisessem se cristianizar. Impiedosos para os pagãos. Primeiro escravizaram os índios que não ouviam as suas palavras. Porém, morrendo a maior parte deles, os substituíram pelos escravos negros, importados de Guiné.

A escravização destes indígenas foi também causada pela intolerância religiosa — o grande crime da época. Nesse primeiro período — o anterior à morte de Anchieta — que denominarei período de Anchieta, os jesuítas — omitindo o seu pecado de escravizar índios e negros — são merecedores de elogios.

Era natural que Tomé de Souza, governando de tal modo e dando forças aos jesuítas na proteção do indígena, encontrasse na gente da terra verdadeiros amigos, o que ocasionou o progresso do Brasil durante o seu governo. Sua administração ainda pode constituir uma prova contundente de que

as capitanias falharam por causa da escravização do indígena. Digo isso porque, não escravizando os índios, neles encontrou aliança contra os inimigos franceses e tupinambás. Se todos os Governadores Gerais seguissem as mesmas diretrizes da administração de Tomé de Souza, o Brasil português viveria em paz com os índios amigos, não haveria sacrifícios e tão pouco os colonos veriam suas vilas em chamas, aos gritos guerreiros dos gentios.

* * *

Duarte da Costa

 **COM A CHEGADA** de Duarte da Costa, o Brasil perde aqueles dias de paz vividos no governo anterior. Agora os índios se levantavam em diversas capitanias, espalhando o terror, e os franceses se estabeleceram no Rio de Janeiro. Tinha início um período de intranquilidade para o Brasil. Duarte da Costa não soubera, como Tomé de Souza, granjear a confiança e a amizade dos indígenas. Não soubera fazer da gente da terra sua aliada. Isto porque, em vez de reprimir a ambição dos portugueses, evitando que eles escravizassem os índios, deu-lhes apoio. De modo geral, os colonos desejavam fazer das roças dos índios amigos suas roças, a serem exploradas com o emprego dos seus escravos. Por sua vez, os portugueses ricos, donos de fazendas, viam nestas roças um obstáculo à expan-

são dos seus latifúndios. E os indígenas, em consequência destes acontecimentos, iam se aterrorizando. Todavia, alguns deles, em 1555, se levantaram contra os portugueses, invadindo seus engenhos. Mas foram logo sufocados e levados como escravos.

Os colonos viram, nessa precepitada rebelião, uma boa justificativa para fazer a preta de escravos. Não lhes bastavam as humilhações dos índios que, além de lhes mandarem tributos em escravos e mercadorias, se ofereceram para se constituírem a defesa da cidade contra os franceses e tupinambás. Também escravizaram a maioria destes índios, dentre os quais não foram poucos os que nem sequer tomaram parte no levante de 55! Mas alguns se salvaram, procurando refúgio nas matas que foram e continuaram sendo por muito tempo, uma espécie de mãe-floresta.

Diante de tais acontecimentos, os indígenas se fizeram inimigos dos portugueses. E se não lançaram o seu grito de guerra foi porque seu ânimo de luta já se esmaecia ante a força do colonizador. A partir de então, o seu triste destino limitou-se em baixar a cabeça ante o português. Aqueles que não aceitaram a submissão, penetraram de sertão adentro, aterrorizados, numa ansiosa fuga dos colonos.

Assim Duarte da Costa viu-se em situação realmente complicada. Os colonos — apesar de não serem proibidos de escravizar índios — andavam aos cochichos, insatisfeitos com o Governador. Os índios, em sua indignação quase emudecida, eram seus temíveis inimigos. O clero, em vista de suas divergências com o bispo d. Pero Fernandes Sardinha, tornou-se seu adversário. Mas — pior de tudo — os franceses continuaram

imperturbavelmente estabelecidos no Rio de Janeiro, na sua França Antártica. Em tal situação, tendo tudo contra si, Duarte da Costa não pôde ou não quis organizar uma defesa contra o invasor. Permanecera inerte. Mas, finalmente, em 1557, abandona o governo, mas "não — como diz João Ribeiro — sem reservar para si as melhores sesmarias".

* * *

Mem de Sá

 FOI N'ESSE estado de confusão e inquietação, onde tudo era desordem, que, em 1553, Mem de Sá encontrou o Brasil, quando se empossou no cargo de Governador Geral. Em chegando aqui, a sua primeira preocupação foi fazer tudo voltar ao normal. E para isso ele proibiu o jogo e atalhou os abusos que encontrou na colônia. Também e principalmente tratou de apaziguar os indígenas, pois logo compreendeu que deles iria necessitar para a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Estava assim findo aquele período tumultuoso da gestão de Duarte da Costa.

Com a vinda do terceiro Governador Geral, começara uma etapa de tranquilidade, não somente para os colonos, mas também para os indígenas que, com a política de Mem de Sá,

deixaram de ver nos portugueses seus inimigos, proibida a sua escravização e livres os já escravizados. Nessa sua política o governador encontrou nos jesuítas os seus melhores adeptos. E a eles entregou, em grande parte, a proteção dos indígenas. Nóbrega, conhecedor do interesse dos índios pelas coisas portuguesas, conseguiu do Rei que os colonos somente pudessem permutar com os cristianizados. Em seguida, os segregou dos portugueses, colocando as missões jesuíticas distantes das vilas e dos colonos. Boa política de Nóbrega, se somente olharmos pelo prisma religioso, porque os portugueses eram os que seguiam menos as idéias cristãs. Péssima sua atitude para os portugueses, a quem, segregados dos índios e proibidos de permutarem com os gentios pagãos, tudo se lhes tornava difícil. As missões jesuíticas a eles se tornaram quase inacessíveis.

Não resta dúvida que este foi um período de paz para o Brasil — paz que era o prelúdio de misérias que viriam surgir.

As fazendas dos colonos expandiam-se, e as suas plantações cada vez mais necessitavam do trabalho indígena para o seu progresso. "Precisavam — como diz Alexander Marchant — de mais do que possuíam, não puderam ou não quiseram suprir essa deficiência pela importação de escravos negros da África." Começaram a escravizar os índios amigos. Mem de Sá, vendo nisso um perigo para a paz da colônia, e desejando suprir as necessidades dos colonos, levou uma guerra aos caetés, alegando não somente que eles haviam devorado o bispo d. Pero Fernandes Sardinha, como também eram pagãos. Os jesuítas viram no fato um perigo para os seus aldeamentos, porque muitos desses caetés — que eram habitantes daquela região do São Francisco — se localizavam na Bahia, agrupados nesses aldeamentos.

Não fora sem razão o temor dos jesuitas: o que eles temiam — aconteceu.

Quando os colonos souberam da atitude de Mem de Sá, se alegraram. E lançaram-se a prear escravos mais livremente. Não se contentaram com os prisioneiros de lá do São Francisco. Também perseguiram, capturaram e escravizaram os da Bahia, os das reduções jesuíticas. Os índios, então, sentiram ressurgir em si o temor que tiveram dos colonos, durante o governo de Duarte da Costa. Novamente muitos deles procuraram abrigo no seio de sua mãe floresta. As missões, deste modo, viram o número de seus índios catequizados ir se reduzindo assustadoramente. Porém Mem de Sá, compreendendo o seu erro, revogou o ato que baixara contra os caetés. Com essa nova resolução do Governador, os colonos ficaram proibidos de fazer as suas incursões escravistas. Procuraram então adquirir índios por um outro sistema: o de escambo.

Iam às matas, encontravam-se com os índios e, seduzindo-os com as suas conversas, lhes ofereciam mercadorias em troca de seus irmãos e amigos. E eles, se deixando vencer pelas palavras dos portugueses e iludidos com a beleza das mercadorias, iam buscar os índios seus amigos e os vendiam como escravos. Mem de Sá então, continuando sua política de proteção aos indígenas contra a escravização, confisca todos os índios escravos obtidos por este nefando meio.

Mas, desgraçadamente, em 1562 e 1563 surtem na Bahia duas grandes epidemias. Os portugueses delas não foram atacados. Porém, para os índios, foram desoladoras. As suas mortes atingiram número quase incalculável, o que motivou a paralisação dos trabalhos agrícolas, ocasionando um

triste período de fome. Os índios que ainda tinham forças para andar, novamente procuraram refúgio na sua mãe floresta. Porém, os que ficaram se viram completamente abandonados, e já não tinham quem deles tratasse, "nem mesmo quem fosse à fonte buscar uma cabaca d'água". Finalmente, diz Alexander Marchant, quando a epidemia chegou ao auge, não tinham nem mesmo quem enterrasse os mortos."

Os índios, nesse doloroso período de fome, pensaram que os portugueses tinham alimentos. Correram às suas fazendas, mendigando-lhes comida. Muitos chegaram ao absurdo de venderem a própria liberdade por um simples jantar. Os que não eram vendidos por seus irmãos, vinham se entregar como escravos. E os portugueses, na sua ambição desmesurada, não olharam para os sofrimentos dos indígenas e não acharam bastante eles sofrerem as dores das doenças e da fome: também deram-lhes a dor da escravidão. Aproveitavam-se da fraqueza de uma gente — a mesma que os auxiliava na guerra contra os franceses, tupinambás e qualquer índio pagão — para roubar-lhes a liberdade.

Por essa época, em Pernambuco chegava muita gente emigrada de Portugal, e aí construía muitos engenhos e fazendas. Duarte de Albuquerque Coelho então voltou seus olhos para as terras do cabo — ocupadas pelos índios seus inimigos — porque elas eram mais férteis. Decidiu levar uma guerra ao referido gentio. Saindo vencedor da luta, subjuguou e obrigou os índios a fazerem paz. Então, as terras mudaram de dono.

Porém outros gentios inimigos dos já pacificados vieram a estes molestar. Duarte de Albuquerque Coelho mandou-lhes dizer que se aquietassem, ao que eles responderam com muita

arrogância dizendo que não havia nada com os brancos e, sim, com os índios seus contrários. "Mas, se os brancos queriam por eles tomar pendências, ainda tinham braços para se defenderem de uns e de outros."

Era o bastante para Duarte de Albuquerque Coelho "fizer uma guerra justa e os cativar". E assim fez, novamente vencendo esmagadoramente o inimigo.

"A fama dessas duas vitórias — diz Frei Vicente do Salvador — ficou todo gentio desta costa até o rio de S. Francisco tão atemorizados que se deixavam amarrar dos brancos como se foram seus carneiros e ovelhas. E assim iam em barcos por esses rios e os traziam carregados delles a vender por dous cruzados, ou mil réis cada um, que é o preço de um carneiro."

O temor do gentio pelo português era tão grande que se chegou a criar a lenda do Padre de Ouro, lenda ainda contada por Frei Vicente do Salvador como verdadeira. O Padre de Ouro "em chegando a qualquer aldeia do gentio — conta Frei Vicente — por grande que fosse, forte e bem povoada, depenava um frango, ou desfolhava um ramo, e quantas penas ou folhas lançava para o ar tantos demonios negros vinham do inferno lançando labaredas pela boca, com cuja vista somente ficavam os pobres gentios, machos e femeas, tremendo de pés e mãos e se acolhiam nos brancos que o padre levava consigo, os quaes não faziam mais que amarra-los e leva-los aos barcos."

Esse temor do gentio pelo branco já é uma prova da decadência do poderio dos nativos. Daqui por diante veremos os

portugueses avançando contra os indígenas, escravizando-os e empurrando-os para o sertão. E a terra, em todos os lugares do Brasil, irá, aos poucos, mudando de dono.

D. Sebastião, rei de Portugal, em 1570 envia uma carta régia que defendia o índio desse "progresso do direito das gentes." Durou pouco o que exigia esta carta, porque os colonos clamavam contra o gesto de D. Sebastião. E, nesse mesmo ano, o rei de Portugal aconselha "que tudo referente ao resgate de escravos se deve ter tal moderação que não se impida de todo o dito resgate, pela necessidade que as fazendas delles tem nem se permita resgates manifestamente injustos, e a devassidão que até agora nisso houve". Por estas duas cartas régias, pode se ver a política do rei de Portugal, favorável ao indígena.

Não resta dúvida, Mem de Sá foi um ótimo administrador. Encontrando o Brasil em tal situação de desordem deixada pelo seu predecessor, não foram pequenas as dificuldades deparadas à sua frente. Mas de todas elas soube sair-se bem. Somente falhou quando levou a guerra aos caetés. Em tudo o mais demonstrou ser um bom administrador. Fora, ao lado de Tomé de Souza, o melhor Governador Geral do Brasil. Sentindo-se envelhecido, pede demissão de seu cargo. Mas o seu substituto, D. Luiz de Vasconcelos, ao Brasil não chega. Em 1571, morre Mem de Sá, após um governo de 14 anos.

"O gado — diz Pedro Calmon — depois de 1560, espalhou-se pelas savanas do nordeste com uma rapidez, uma vitalidade admiráveis". Tinha início mais um ciclo da economia nacional — o do gado. Afonso Arinos de Melo Franco considera a "pecuária, na formação econômica brasileira, como atividade ancilar da civilização do açúcar. Com efeito, embora nem sempre solidárias e, mesmo, em muitos aspectos, opostas, a primeira nasceu da segunda, e lhe foi sempre vassala, durante o período da expansão colonial, no ponto de vista do comércio internacional". Mas, se o ciclo do gado nascia da civilização do açúcar, a sociedade por ele estabelecida não tinha aquela pomposidade da sociedade estabelecida nos engenhos. Se aí os senhores se afastavam do trabalhador, se o luxo da gente da casa grande competia com o luxo da Corte, nos currais os patrões se aproximavam do trabalhador, vestindo o mesmo gibão que o vaqueiro; finalmente, os criadores viviam numa sociedade "de uma maneira geral, pacífica, modesta, obscura" — para usar as expressões de Afonso Arinos de Melo Franco. Porém, "a maioria dos criadores opulentos — diz Euclides da Cunha — que ali se formaram, vinha do sul, constituída pela mesma gente entusiasta e enérgica das bandeiras." Pela mesma gente — sim — mas que trazia em si novos sentimentos. Porque se o bandeirante, preador de índio, trazia os seus escravos debaixo de chicote, nos currais os criadores davam aos seus escravos e empregados um tratamento mais humano.

A princípio os criadores de gado, antes de feitas as entradas que repeliram os índios — diz Euclides da Cunha — estabelecem-se apenas nos recôncavos das povoações, naturalmente por maior segurança dos caminhos; na Bahia

vão até a Torre D'Avila (governo de D. Francisco de Souza), mas a conquista de Sergipe abriu caminho do Sertão Agreste (das caatingas), até a Paraíba, num período de oitenta a cem anos; as antigas passagens do Rio São Francisco, Urubu de Cima e Urubu de Baixo, marcam as linhas de radiação.

* * *

A conquista da terra

 QUANDO LUIZ DE BRITO assume o cargo de Governador Geral do Brasil, encontra os portugueses habitando somente a parte da costa oriental, precisamente a zona das matas do pau brasil. Até aquele momento o colono ficara parado diante das matas sem um gesto de invasão. O português — pelo menos aqui no Brasil — nunca, ou quase nunca, tomou uma iniciativa própria, isto é, quase todas as suas atitudes foram impulsionadas por um motivo exterior.

Assim aconteceu com a sua fixação ao solo, que não foi mais do que a constituição da defesa da terra contra a pirataria francesa. Assim aconteceu com a vinda do primeiro Gover-

nador Geral — a rebelião dos indígenas. E assim irá acontecer com a conquista da terra.

Por um lado, o francês ameaçava a sua soberania nas terras brasileiras. Por outro, a estrela do ouro brilhava diante de si, ainda que envolvida pelas brumas das coisas lendárias. Cintilando assim por trás de pesadas brumas, a estrela do ouro, por mais deslumbrante que fosse, não despertava coragem ao português para lançar-se na grande aventura: mercantilistas, tinham ocasionais prejuízos.

Os portugueses só se atirariam na busca do ouro pelo interior dos sertões, havendo alguma coisa que lhes desse a certeza que de lá não voltariam sem ganho. Essa certeza de que achando ou não o ouro não sairiam perdendo, ainda encontraram no indígena. Era que a gente da terra rareava no litoral, à medida que ia fugindo de sertões adentro, procurando o seio de sua mãe floresta. O colono perdera o medo do mistério das selvas; pareceu ver que a estrela de ouro não era inacessível, e então lançou-se na sua grande aventura que foi sua grande epopéia — A CONQUISTA DA TERRA.

Essa conquista se processa em dois sentidos — pelo litoral e pelo sertão adentro.

No período que vai de 1572 a 1581, isto é, na época em que ainda o Brasil é

DOMÍNIO PORTUGUÊS

essas conquistas apenas se esboçam, ainda são o prelúdio da grande epopéia. Nesse período apenas algumas en-

tradas vingaram os interesses econômicos do colono. Todas mais quase que somente foram frustradas.

Em chegando ao Brasil, a primeira preocupação de Luiz de Brito foi expulsar o gentio do Rio Real e povoar aquela região, que parecia ser fértil. Para isso ele organizou uma expedição, com homens que iam por terra, com homens que iam por mar. Alcançaram a vitória sobre a gente de Sorobi, um grande principal daquela região, queimaram-lhe as aldeias e diante do fogo que se erguia, mataram e escravizaram muitos desses gentios.

Porém outro principal, chamado Aperipê, saiu com sua gente pelo sertão adentro, na ansiosa fuga dos colonos que ainda o perseguiram mais de cinquenta léguas.

Aí, em Sergipe, o português conseguiu escravizar alguns índios. Mas, na Paraíba, a coisa foi diferente. Lá, os índios se rebelaram e fizeram uma guerra aos portugueses seus perseguidores, onde, — como diz Frei Vicente do Salvador — "não deixaram branco nem negro, grande nem pequeno, macho nem fêmea, que não matassem e esquartejassem."

A idéia partira de Antônio Salema, Governador do sul da província do Brasil, e foi efetuada a 6 de janeiro de 1574. Para evitar desentendimentos graves, agora só poderia ser considerado escravo o índio que fosse aprisionado em guerra manifestamente lícita, ou os que, de mais de vinte e um anos, preferissem ser cativos de cristãos. Nesse acordo ficava também proibida a escravidão de índio manso, exceto no caso de refugiado nas florestas por mais de um ano. Porém, como diz João Dornas Filho em *A ESCRAVIDÃO NO BRASIL* —

'era uma característica difícil de se determinar, essa de 'guerra manifestamente lícita', porque a lei não precisava com rigor. Dizia que seria lícita a guerra movida contra quem embaraçasse a pregação do Evangelho, por exemplo, mas só aceitava testemunho de cristãos. Ora, estes eram justamente os interessados no cativoiro dos índios e não lhes seria difícil jurar em seu benefício."

Alguém dissera que "melhor soa aos ouvidos dos portugueses o nome do pau brasil do que o do índio". Parodiando esse autor, aqui podemos dizer que melhor soa aos ouvidos dos colonos o nome índio escravizado do que o do índio livre ou cristão.

Como se pode ver, a justiça desse acordo era unilateral, e por isso mesmo, falha. Os portugueses, com seu espírito mercantilista, interpretaram a lei da maneira que melhor se adaptasse aos seus interesses. E lançaram-se a fazer a predação do gentio, por meio de guerras justas ou injustas.

Antes por seu espírito mercantilista do que mesmo por qualquer sentimentalismo, o português compreendeu a inutilidade de fazer guerra aos gentios para sua escravização. Por esse método somente faria aterrorizar e afugentar os índios. "Seria melhor — como diz Frei Vicente — trazê-los por paz e persuasão dos mamalucos (porque mamalucos chamamos mestiços, que são filhos de brancos e índias), os trazia mais facilmente que por armas."

E assim fizeram: organizaram-se as expedições. Mas os mamelucos "não iam tão confiados na eloquência que não levassem muitos soldados brancos e índios confederados e

amigos, com suas flechas e armas, com as quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força. Mas ordinariamente bastava a língua do parente mamaluco, que lhe representava a fartura de peixe e marisco do mar de que lá careciam, a liberdade de que haviam de gozar a qual não teriam se os trouxessem por guerra".

"Com estes enganos — continua Frei Vicente — e com algumas dádivas de roupas e ferramentas que davam aos principais e resgates que lhes davam pelos que tinham presos em cordas pera comerem, abalavam aldeias inteiras e em chegando a vista do mar, apartavam os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos, e ainda às vezes a mulher do marido, levando uns o capitão mamaluco, outros os soldados, outros os armadores, outros os que impetraram a licença, outros quem lhe concedeu, e todos se serviam desses em suas fazendas e alguns os vendiam, porém com a declaração de que eram índios de consciencia e que lhes não vendiam sinão a serviço, e quem os comprava, pela primeira culpa ou fugida que faziam, os ferrava na face, dizendo que lhes custaram seu dinheiro e eram seus cativos. Quebravam os pregadores o pulpito sobre isto, mas era como se pregassem no deserto."

Portugueses cristãos que não praticavam as idéias cristãs. Portugueses exploradores do suor e do sacrifício alheios. Portugueses senhores de índios escravos.

Muitas entradas cruzaram, por esse tempo, os caminhos brasileiros, desvendando os mistérios das nossas matas e dos nossos sertões. Antônio Dias Adorno, Luiz Álvares Espinha, Francisco Caldas e Gaspar Dias, Francisco Barbosa da

Silva, todos eles penetraram nossos sertões. Muitos deles foram e não voltaram. E destes alguns vieram vitoriosos, como Antônio Dias Adorno, que trouxe esmeraldas e outras pedras preciosas, consideradas muito boas lá no reino. "Mas nem por isso — diz Frei Vicente — se mandou mais a ellas, signal que haviam lá ido mais a buscar peças que pedras, e assim trouxeram sete mil almas dos gentios topigaens." Também Luiz Alvarez voltou. Foi fazer guerra a uns índios que haviam devorado alguns brancos, "porém não se contentou com lhe fazer cativar todos aqueles aldeões, sinão passou adiante e desceu infinito gentio." Francisco Barbosa da Silva também voltou, porém mais pobre do que quando se lançara à aventura.

Assim, os portugueses viveram tragédias mas fizeram epopéias. Muitos morreram, mas outros voltaram. E na vitória ou na derrota desta gente heróica que penetrou os nossos sertões, foi que nasceu a amplitude do Brasil.

Nessa época do domínio português (72 - 81), como já ficou visto, o principal motivo para a escravização do indígena foram as guerras justas. Mas também os escravizaram pelo sistema de escambo, e este foi o meio principalmente usado pelas entradas, que, por este motivo, também se chamavam de tropas de resgate. Porém, ainda fizeram a escravização dos gentios pelo sistema de ferro e fogo.

No primeiro momento das conquistas, os colonos não conseguiram transpor as matas de pau brasil, porque eles só tiveram possibilidades de penetrar — e assim mesmo sem conquistar — Sergipe, Paraíba e até o S. Francisco. Apesar de já começarem a perder o medo do nosso interior, ficaram ainda

— para usar as expressões de Frei Vicente — a arranhar o litoral, como caranguejos.

"De um modo geral — diz Alexander Marchant — o Brasil cerca de 1580 dividiu-se em duas partes muito acentuadamente caracterizadas. Uma, a planície costeira do nordeste, quente, fértil, próxima da Europa. Outra, o litoral do sul, em torno de S. Vicente, onde as montanhas e o planalto levantaram-se abruptamente junto ao mar e do mar em direção aos grandes rios do interior. Na planície nordestina, as cidades eram lugares de onde se embarcavam produtos. Os menores estabelecimentos eram as casas grandes; e as terras cultivadas eram-no sobretudo em roças onde crescia o mantimento e em fazendas de açúcar, que por sua opulência obscureceram as do algodão e outros produtos. No sul, o clima do planalto desfavoreceu uma imitação da economia açucareira, à exceção de pequenas faixas de terra plana entre o oceano e os flancos do planalto. Mais ainda, a localização e o caráter da região de São Vicente trabalharam contra a exportação em larga escala até mesmo dos produtos que o clima permitia. Em primeiro lugar, o transporte entre os portos do litoral e o planalto não era fácil; em segundo, toda região estava muito ao sul e por conseguinte não era fácil a comunicação com a Europa."

Era esse, em largo traço, o aspeto geral do Brasil de 1580, quando a força dos portugueses já se sobrepunha à força dos indígenas, naquela época em que ainda não haviam transposto a zona das matas do pau brasil.

"Primeira nação a constituir-se nos restos da Idade Média, primeiro grande império moderno, primeira potência ultramarina, Portugal teve — como diz Manoel Bonfim em

O BRASIL NA HISTÓRIA — a triste glória de ser a primeira decadência entre as nações modernas."

D. Sebastião morrera em Alcácer-Quibir, na luta contra os mouros. Morto seu substituto D. Henrique, discute-se a respeito de quem seria o herdeiro do trono. D. Felipe, rei de Espanha, sendo parente do finado rei de Portugal, achou-se com direito de apossar-se do trono. Para isso mandou os exércitos de duque D'Alba invadirem Portugal. "Dois séculos depois de Aljubarrota — continua Manoel Bomfim — os descendentes dos que, na proporção de um para três, bateram o Castelhana vendem, ao mesmo Castelhana, a pátria, com os ossos de Nunalvares, para que a jactância de Felipe pudesse arrostar — Portugal, yo lo heridé, yo lo compré, yo lo conquisté..." Portugal caíra nas mãos da Espanha. Tivera o mesmo destino — o triste destino — da antiga Fenícia. Fora vendida pelo espírito mercantilista de seus filhos. E assim, com Portugal, o Brasil passou ao

DOMÍNIO ESPANHOL

que começa no Brasil com a vinda de Manuel Teles Barreto, precisamente no ano de 1581. No período que então se inicia, o português vai escrever a sua grande epopéia das conquistas. Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará. É a expansão geográfica. Os colonizadores não mais se limitam àquele espaço reduzido da zona das matas do pau-brasil. Já haviam distendido ao máximo os limites da região norte, vencido toda a costa brasileira, e assim construindo a mais eficaz de todas as defesas contra a pirataria francesa,

holandesa ou inglesa. Já haviam terminado a conquista pelo litoral. Os índios que desejassem fugir à escravidão não mais poderiam contar com a aliança dos piratas estrangeiros para a luta contra os portugueses. Agora só tinham mesmo um aliado — a sua mãe floresta. Os que não quiseram se submeter ao tacaão dos portugueses, procuraram esse último refúgio.

Mas, mesmo se refugiando no seio de sua mãe floresta, os índios não estavam fora de perigo de serem escravizados pelos portugueses. Os adventícios ibéricos já se constituíam uma força muito superior à dos índio e não mais temiam as florestas. A busca do ouro e do índio não mais constituía uma aventura arriscada. O gentio, que andava pelo interior, livre mas aterrorizado, tornara-se presa fácil.

Anteriormente, já falei das entradas. Agora elas também continuam, ao lado das bandeiras, na sua marcha construtora para o Brasil, mostrando aos homens do litoral novas riquezas e novos mundos, revelando novos dramas e novas tragédias. Uma dessas entradas foi a Sergipe, comandada por Cristóvão da Rocha que, encontrando-se com Rodrigo Martins, acertaram entre si de penetrarem pelo sertão em busca do gentio.

"Nem eu sei — diz Frei Vicente — outro bem que se tirasse dessa jornada, posto que, morto ele (Porquinho), se contrataram os contrários de vender aos brancos, e elles lhos compraram a troco dos resgates que levaram e os trouxeram amarrados até certa paragem do Rio D. Francisco, onde fizeram dellles partilha, levando Christovão Rocha com os pernambucanos uma parte, e Antônio Rodrigues de Andrade com os da Bahia outra.

Outra entrada é a de Pero Coelho de Souza que, desejoso de recuperar as perdas do seu cunhado Frutuoso Barbosa, na

Paraíba, pediu ao governador Diogo Botelho para ir à guerra de Boapeba. Chega até o Ceará, onde deixou Simão Nunes por capitão com quarenta e cinco soldados, e se veio à Paraíba buscar sua mulher e família para se tornar a povoar aquelas terras. De que chegando deu conta ao governador geral Diogo Botelho, e lhe mandou de presente os dez franceses e muito gentio, pedindo juntamente ajuda e socorro pera prosseguir a conquista, que o governador prometeu mandar e não mandou por ser informado que se cativavam por esta via os índios injustamente e os traziam a vender e que seria melhor reduzi-los por via de pregação e doutrina dos padres da Companhia." (A citação é ainda de Frei Vicente).

Também houve a entrada de Belchior Dias Moreira, que percorreu o vasto sertão oriental do S. Francisco, até a serra de Itabaiana, descobrindo minas de prata, que ficaram desconhecidas e inexploradas por o seu descobridor não haver conseguido algum título pelo seu feito.

Não somente entradas, isto é, expedições organizadas pelo governo, podiam penetrar pelos sertões. Também as bandeiras, que eram organizadas à custa do próprio bandeirante, podiam-no fazer. Porém, as bandeiras, que cruzaram os caminhos dos sertões durante o período que agora estudamos, não tiveram grande destaque. Entre elas, registram-se as de Gabriel Soares, Glimmer, Nicolau Barreto e a de Belchior Dias. Por isso, preferi estudar as bandeiras no seu período de maior expressão.

Na expansão geográfica do mundo português no Brasil, a atitude dos índios diante do conquistador, no mais das vezes, foi a fuga. Porém também resistiram contra a invasão

portuguesa, principalmente quando na conquista pela linha do litoral, auxiliados pelos piratas franceses. Mas, como podemos observar, os franceses eram sempre batidos pelo português, e por isso mesmo iam procurando se estabelecer cada vez mais ao norte, numa constante fuga de seus inimigos perseguidores, até que chegaram ao Maranhão, desejando aí fundar uma França Equinocial, mas de onde foram expulsos. Finalmente, eles conseguiram se estabelecer na Guiana Francesa. Sendo sempre assim derrotados, era natural que seus índios aliados também o fossem. E quando o português venceu o indígena, teve dois gestos para com ele — um, foi a escravidão; outro — a paz. No primeiro destes casos, incluímos a conquista de Sergipe feita por Cristóvão de Barros que, alegando guerra justa, com seus soldados cativou quatro mil, além de matar mil e seiscentos índios. No primeiro caso, também podemos incluir, algumas vezes, a conquista da Paraíba, onde "não deixaram de ficar mortos e cativos mais de mil e quinhentos" Ainda encontramos a Paraíba no segundo caso — que foi o de estabelecer paz entre os indígenas vencidos — "donde daí por diante começaram a entrar com seus resgates seguramente". Assim também aconteceu com o Rio Grande do Norte.

Mas houve os índios que fugiram para a sua mãe floresta. E muitos foram escravizados pelas entradas e bandeiras. Neste caso, o sistema usado na escravização do indígena foi, preferentemente, o de resgate. Mas também os traziam por enganos, utilizando o mameluco para essa escravização — já o vimos noutro lugar do presente estudo — assim também por meio de sangrentas guerras.

Nesse período do domínio espanhol, que precede às invasões holandesas, foi que se deu a maior utilização do indígena

como escravo. Mas, nessa época de apogeu, já se podia perceber a decadência da escravidão indígena. Não somente porque o índio rareava, mas também porque já se importava o negro em grande escala. A escravidão do índio encontrou o seu apogeu na sua decadência.

Os portugueses eram cristãos. Mas o seu espírito mercantilista sufocava seu sentimento religioso. E eles, os colonos, com Feliciano Coelho que, apesar de ser governador da Paraíba era interessado na escravização do indígena, expulsaram da Paraíba os jesuítas, entregando o governo das aldeias aos franciscanos. Mas "não permaneceram muito tempo esses padres no cargo, como era de prever-se. Em 1596 — diz João Dornas Filho — foram lançados fora por inoportunos, ficando as aldeias sob a direção direta do governador."

Em 1605 D. Felipe II reconhece a liberdade dos índios, "determinando em lei que somente os antropófagos e os prisioneiros em guerra declarada pelo governo deveriam ser considerados escravos, e todos os demais gente livre, não devendo ser constrangido em trabalho algum contra a vontade.

"Mas os colonos continuaram sempre na sua caça de escravos, e sabiam apresentar a escravidão dos índios como coisa própria e até necessária aos interesses da coroa, de modo que D. Felipe III depois de haver feito uma lei de abolição da escravidão dos indígenas, revogou-a no ano de 1611, declarando não só perdida a liberdade daqueles índios aprisionados nas condições já mencionadas, mas até autorizando os colonos a comprar aos índios os prisioneiros destes, e aconselhando a criação de colônias correcionais sob a inspeção dos brancos." (A citação é de João Ribeiro).

Porém, o pior de tudo foi que nessa época de incertezas, nesses tempos em que a ambição dos colonos cresce ainda mais diante os índios, nesse momento em que mais se precisava de sua pessoa, morre Anchieta, o Apóstolo da Fé. E então, os interesses da Companhia de Jesus mudavam de rumo. Era findado o primeiro período da ação jesuítica no Brasil, a que denominei de período de Anchieta.

* * *

Nos tempos das invasões holandesas

■ 1581. PORTUGAL passara a ser domínio da Espanha e sua glória se esmaeceu ante o poderio crescente dos espanhóis. Portugal fechara seus portos às outras nações da Europa. "Lisboa, até então, era o grande porto europeu das especiarias." Sendo assim, a Holanda, que importava essas mercadorias de Lisboa, viu-se obrigada a ir buscá-las em suas terras de origem. Seus corsários singravam mares, saqueavam cidades e voltavam para a Holanda com os produtos desejados. Assim, a Holanda começou a levantar-se como uma potência marítima. Sua agressão às colônias dos países ibéricos, antes de tudo, era uma luta do livre comércio contra o monopólio.

Antes de 1603, os navios holandeses que vieram ao Brasil, da Holanda só traziam a bandeira, porque eram navios fretados a negociantes de Lisboa, Porto e Viana. O rei de Portugal, se apercebendo dos prejuízos que isso causava aos navios portugueses, "ordenou que não consentissem mais em suas capitâneas entrar navio algum de estrangeiro por via de mercancia nem por outra alguma, mas os metessem no fundo e perseguissem como inimigos". Na época, o litoral do Brasil já estava todo conquistado, até o Maranhão. Tal circunstância era desfavorável aos piratas porque estavam impedidos de comerciarem com os indígenas, em lugares refugiados dos portugueses. Agora, tinham que vir, não em escassos navios, mas em verdadeiras esquadras; não apenas para comerciarem com os indígenas, mas para se estabelecerem em cidades. Não era mais um simples comércio — porém conquista.

Os holandeses, inconformados ante a atitude de Portugal relativa aos navios estrangeiros e em face da dificuldade do comércio com os indígenas, em sua maior parte aliados ou escravos dos portugueses, promoveu duas grandes invasões: na Bahia e em Pernambuco. Na primeira delas, se viram reduzidos às muralhas da cidade, perseguidos constantemente pelos guerrilheiros, tudo lhes custando o sangue. Mas, apesar de não conseguirem se estabelecer na Bahia, o saque que fizeram na cidade os animou para sua segunda invasão, agora em Pernambuco.

Como já vimos em capítulo anterior, a conquista do Brasil se processara em dois sentidos. O primeiro, acompanhando o litoral. E o segundo, ao rumo dos sertões. Quando os holandeses invadiram o Brasil, já o litoral — repetimos —

estava conquistado. E o sertão, apesar dos bandeirantes e dos vaqueiros continuarem na sua marcha reveladora de mundos, já haviam conquistado vasta área territorial: tinham estabelecido os seus currais em Sergipe, Minas, Piauí, Ceará e Maranhão. Litoral e sertão.

Estudemos agora a

ESCRavidão

no seu aspeto geral.

Mesmo no período culminante da luta contra os holandeses, acampam, em suas tendas de campanha, os negros de Henrique Dias, os índios de Camarão e os lusitanos de Vieira. Lusitanos, negros e índios: *SENHORES E ESCRAVOS*. Os brancos, em quase todas as regiões do Brasil, dominando os negros e os índios, ambos os quais situados em regiões distintas. Os negros se localizavam principalmente no Nordeste. No Rio de Janeiro, era equilibrado o número de índios e negros. E os índios, finalmente, habitavam a vastidão dos sertões, os Estados do norte e do sul.

Aí começa a decadência da escravidão indígena. Sua evacuação do litoral nordeste, principalmente, na fuga para os sertões, é uma prova clara de que o sistema escravista se revelava desvantajoso. Agora, o colono preferia o negro como escravo. De qualquer modo, ainda havia a escravização concomitante de escravos índios e escravos negros, sendo acentuada sua localização em zonas diferenciadas.

Durante o domínio dos holandeses, o gado desempenhou importante papel na história nacional, porquanto foi pelas estradas por ele abertas na penetração dos sertões que as tropas portuguesas transitaram na defesa contra o invasor. Por essa época, enquanto no litoral domina a cultura açucareira, no interior são os criatórios de gado a principal base econômica. Mas, enquanto nas fazendas e nos engenhos o trabalho era árduo, nos currais era mais livre, meio nômade. Por isso os portugueses, tendo suplantado em toda a linha o selvagem, depois de dominarem escravizaram-no e captaram-no, aproveitando a índole na nova indústria que abraçavam".

" Quem conduz as boiadas — diz Antonil — são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; os outros vem atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco e seis leguas, conforme a comodidade dos pastos, aonde hão de parar. Porém, aonde ha falta d'água, seguem o caminho quinze e vinte leguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem onde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às rezes o vão por onde irão passar."

Como se pode ver por esta descrição de Antonil, o trabalho dos currais era bem diferente do trabalho dos engenhos.

"Com efeito, — diz Afonso Arinos de Melo e Franco — na cultura do açúcar a presença do senhor não se impunha. O patrão podia ficar, como ficava, acastelado

nas suas casas grandes, agindo sobre a negrada dos canaviais e dos engenhos por intermédio de prepostos, feitores e mestres. O criador, ao contrário, era forçado a uma assistência continuada e pessoal junto aos seus homens, que eram poucos, o que mais facilitava o conhecimento direto e a convivência. Além disso o trabalhador da zona da criação era via de regra homem livre, e o trabalho de natureza técnica superior. Um vaqueiro devia conhecer os pastos, as ervas, os ventos, as condições atmosféricas e até elementos de veterinária. Não era, em absoluto, um autômato boçal como o preto da gleba açucareira."

Lendo os três trechos citados — Euclides da Cunha, André João Antonil e Afonso Arinos de Melo Franco — pode-se concluir que de dois modos se processavam as relações econômicas dos criadores com os trabalhadores. Euclides diz que escravizavam o índio "aproveitando-lhe a índole na nova indústria que abraçavam". Antonil conta que quem conduz as boiadas "são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro". E finalmente, Afonso Arinos afirma que "o trabalhador da zona de criação era via de regra homem livre."

Porém, aí nos currais, o trabalhador, fosse escravo ou homem livre, recebia um tratamento superior ao do trabalhador no litoral. Isso decorria do contato existente entre o criador e o vaqueiro, entre os patrões e os trabalhadores que nos currais "eram poucos, o que mais facilitava o conhecimento direto e a convivência". E assim, era natural e lógico que o patrão sentisse certa afeição pelo trabalhador, porque ambos conduziam as boiadas pelos sertões, participando das mesmas dores e das mesmas alegrias. Justamente o que não acontecia

no litoral, onde o senhor de engenho, se enclausurando nas suas casas grandes, se distanciava dos trabalhadores — que eram em grande número. Ao senhor de engenho apenas importava que a escala de sua riqueza aumentasse, mas não queria saber como.

Nos currais, havendo a aproximação do criador ao vaqueiro, existia a convivência e daí nascia certa afeição do patrão para com o trabalhador e vice-versa. Por isso — repito — os trabalhadores da zona de criação recebiam de seus patrões um tratamento bem diferente do tratamento cruel do senhor de engenho para com o seu trabalhador do eito.

No período de Anchieta, isto é, na época anterior a 1597, os jesuítas foram santos para os índios cristãos e impiedosos para os pagãos. Depois daquele ano, os jesuítas tornaram-se mais comerciantes e passaram a explorar o indígena como escravo. A esse novo período denominarei de período de Vieira.

O índio escravo, como já assinalai, dia a dia se afastava do litoral oriental, onde era substituído pelo negro. Na verdade, esse deslocamento do indígena foi uma política dos jesuítas que, habilmente, — como diz Pedro Calmon em *HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA* — “desviara do índio para o negro as preferências dos lavradores do litoral”. Porém, na atitude dos jesuítas nada houve de sentimento religioso, de realização de idéia cristã. Se assim fosse, sua luta também seria favorável ao negro — atitude jamais tomada por eles. O que, na verdade, impulsionou o gesto dos discípulos de Loiola, foi o seu sentimento mercantilista nascente no século XVII. Podemos dizer assim: foi um golpe que os jesuítas deram sobre os colonos... Indo o negro trabalhar

nas lavouras dos portugueses, os índios indubitavelmente procurariam as missões jesuíticas. E daí os padres conseguiam dos indígenas o que parecia impossível aos colonos: a sua utilização nos trabalhos agrícolas. E qual o motivo de um conseguir o que o outro achava impossível, e que, somente na aparência, o era? Eis a resposta: mera questão de métodos. O colono procurava adaptar o indígena ao trabalho agrícola pela força — e o índio, que sempre fora livre, se rebelava. Os jesuítas, acostumados com a luta da catequese, penetraram no íntimo dos gentios, desvendando-lhes os segredos das almas, logo perceberam que somente um processo poderia adaptar a gente da terra aos trabalhos agrícolas: a educação.

Foi por esse sistema que o jesuíta conseguiu do indígena o trabalho agrícola. Eram senhores — aparentemente protetores, irmãos. O que os jesuítas conseguiram pelos métodos educacionais, completamente opostos aos usados pelos colonos, é uma evidência de que os índios não eram, em absoluto, indolentes, e nem tão pouco o seu nomadismo chegava ao ponto de impedir que eles trabalhassem nas plantações — um trabalho de homem fixado ao solo. Se os índios viviam em longas caminhadas pelas florestas adentro, atravessando montanhas e vales, não era por se acharem em um exclusivo estado de nomadismo. Era, na verdade, desesperada fuga do cruel tratamento que lhes dispensavam os portugueses.

Conseguindo o trabalho agrícola pelo braço dos índios, os jesuítas transformaram suas missões em vastas plantações. Suas reduções deixaram de ser simples centros religiosos para se tornarem centros comerciais — e grandes centros comerciais! Representam os jesuítas do século XVII e no primeiro quartel do XVIII, o que a iniciativa privada tinha de mais

lúcido e engenhoso nas colônias tropicais; foram, deveras, os primeiros colonos que se ajudaram da ciência e exploraram tecnicamente as riquezas do solo. "Eles conseguiram, nas fainas agrícolas, o cacau, o açúcar, o mate e o algodão; e nas pastoris os couros e as peles. E, além disso, tinham engenhos modelos, um sistema de cooperação com os homens do campo, a sua distribuição movimentada pelo entendimento entre colégios de todo o mundo e conduzida pelo gênio mercantil, que ilustrou o século XVII".

Mas isso ainda não é tudo. "A Companhia — segundo Lemos de Brito — possuía, de fato, armazéns próprios em Lisboa, onde depositava seus produtos tropicais, e esses armazéns eram servidos por empregados que ostentavam a roupeta de Loyola". Tal e qual se passou no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. Escravizadores mascarados de protetores de índios! Foi naquele tempo — como já vimos — que os jesuítas inauguraram o novo tipo de escravidão, que consistia em escravizar sem a vítima se aperceber disso. A esse novo sistema de escravidão denomino de escravidão jesuítica dos índios.

Tornando-se assim poderosos comerciantes, produzindo, então — como afirma Lemos de Brito — em larga escala os mantimentos da terra, os jesuítas vieram acirrar o ódio do colono com a sua riqueza. Dizia-se que todo o interesse dos padres pelos indígenas não passava de um zelo farisaico, para melhor atrain-los e explorá-los."

Por este motivo, os bandeirantes se revoltaram, pois sentiram a falta do índio para escravizar, enquanto as missões estavam cheias deles, "nos quais — diz João Ribeiro — com um simples aceno de força poderia coagir ao trabalho, senão

escravizar totalmente. Sob pérfidos pretextos atraíam os indígenas, regulando salários ou outras recompensas." Mas os jesuítas, percebendo as idéias dos bandeirantes, se constituíram uma força contra eles. Porém esses bandeirantes eram infinitamente mais fortes que os jesuítas com todos os índios e possuíam um verdadeiro poderio militar, porquanto "somente o paulista Manuel Preto, grande preador de gentio possui cerca de 1000 índios frecheiros". (A citação é de Oliveira Viana). E por isso lançaram-se contra as missões jesuíticas, preando os índios que as habitavam. Ano a ano — diz João Ribeiro — expedições paulistas se organizavam para aniquilação sucessiva da série de missões do Paraná; a primeira ameaçada foi a de Incarnação, em 1628; nas cercanias desta e doutras eram capturados os índios que acaso saíam fora das reduções. "E a colheita foi das mais pingues, porquanto — diz Max Fleiuss em APOSTILAS DE HISTÓRIA DO BRASIL — só de 1629 a 1631, foram vendidos pelos Paulistas, para o Rio de Janeiro e para o Norte cerca de 60 mil índios, tirados de Guairá."

Antônio Raposo, "o mais bravo dos preadores de índio", arroja-se contra as missões de La Guaira, levando consigo a poderosa força constituída de mil paulistas e dois mil índios. E de lá voltaram com uma infinidade de índios escravos, também preados em San Miguel, Jesus Maria, San Pablo, San Francisco Xavier, "e quantas havia pelo valle do Paraná".

Os padres pediram justiça ao governo da colônia, mas nada conseguiram. Então dirigiram-se a Felipe IV, rei de Espanha, e ao Papa Urbano VIII. Foram bem sucedidos, porquanto, "os dois soberanos renovaram e revigoraram as

leis e bulas já dadas contra a escravização dos indígenas". O Papa Urbano VIII declarou que seria excomungado quem escravizasse ou vendesse índios.

"O povo do Rio de Janeiro, porém, se opôs à sua execução e, apesar da proteção do governador, desistiram de quaisquer pretensões conferidas pelas ordens pontifícias, se comprometendo ainda a não se envolver senão com os índios aldeados."

Em São Paulo, quando foi lida em público a bula de Urbano VIII, a população se levantou e arrancou da residência os padres para expulsá-los da terra. Esses desentendimentos foram conciliados pelo governador do Rio de Janeiro.

Naquela ocasião, Portugal levantara-se do jugo espanhol. Era o esforço sobre-humano do Portugal para aparecer entre as grandes nações europeias. Portugal sufocado fincando os pés em anseio de vida. Mas o pouco ar que conseguiu respirar apenas o deixou como uma nação tísica, restos de um país que outrora fora a maior potência ultramarina. De então por diante, Portugal vai viver do heroísmo que revelou na época dos descobrimentos, querendo fazer da glória passada glória presente.

Aqui no Brasil, "parece que pensaram, nessa crise, em se tornar independente e em constituir um reino (antes e de fato, uma república aristocrática), pelo que escolheram um rei em Amador Bueno, lavrador rico e estimado, de origem espanhola, aparentado com as famílias importantes da terra e que gozava de extensa popularidade. Os povos, com grande alarido, aclamaram-no. Ele não ousou porém, aceitar a coroa que lhe ofereciam. Com obstinada recusa,

foram-se apagando as veleidades da revolução separatista e acabaram todos aclamando D. João IV."

Em 1641, os padres, à frente dos aldeados de Mboré, se defenderam heroicamente dos bandeirantes, obtendo uma esmagadora vitória, o que vem provar o seu grande poderio militar.

Por essa época, o sistema de administração usado no Maranhão, a cargo de funcionários da Coroa, se manifestava um sistema falho, porque os administradores continuaram a usar, em relação aos índios, os mesmos métodos dos colonos, maltratando-os tanto, que finalmente veio o alvará de 10 de novembro de 1647: "sendo livres os índios, como fora declarado pelas leis de Portugal e pelos Summos Pontífices, não houvessem mais administradores e administrados." Era que o governador havia reconhecido a ineficiência desse sistema, porquanto "em breves dias de serviço ou morrião de fome e de excesso de trabalho, ou fugião pela terra a dentro, onde a poucas jornadas, perecião."

Ao Rio de Janeiro chegaram uns representantes de São Paulo, a cujas exigências o governador teve de submeter-se. Os paulistas se comprometeram a obedecer às ordens de el-rei; no entanto, exigiam a expulsão dos jesuítas e a eles entregue o direito de prear índios.

Mas os jesuítas, em 1643, conseguem um alvará que os reintegram nos seus colégios e nas suas atividades. Porém os paulistas não obedeceram às ordens de el-rei. E somente dez anos depois, em 1653, el-rei conseguiu que os jesuítas retornassem a São Paulo, sob proteção de paulistas influentes, mas,

entretanto, sem poderem se envolver em quaisquer assuntos referentes à liberdade e aos aldeamentos dos índios. Porém um ano antes dessa data, em 1652, ficava por lei proibida a escravidão do índio e se proclamava sua liberdade. Os colonos, indignados, se rebelam. Os governos do Maranhão e do Pará apelam para o rei, enviando procuradores a Lisboa.

Foi nesse estado de confusão que em 1653 os jesuítas se reintegram em suas atividades e Vieira chega ao Maranhão, onde não há "quem instrua, mas ha todos que escravizam". Porém ele chegava trazendo consigo um passado de fama. Era "o grande pregador que deleitava a corte com os primores de suas palavras". Por isso, no seu primeiro sermão, a igreja estava repleta. E ele lança o seu grito de guerra contra a crueldade dos colonos: "Esse negro será teu escravo esses poucos dias que viver; e a tua alma será minha escrava por toda eternidade enquanto Deus for Deus. Este é o contrato que o demonio faz convosco!"

Estas palavras repercutiram profundamente entre os colonos. E, "envergonhados do crime, restituíram a liberdade aos índios".

Agora estudemos os índios em relação às

INVASÕES HOLANDESA

Antes de tudo, devemos ressaltar que nas guerras holandesas não houve, por parte da gente da terra, um completo sentimento nativista, pois muitos índios, como negros e portugueses, se colocaram ao lado dos invasores. Todavia, outra

parte dos indígenas — e esta em sua maioria — estava ao lado dos portugueses, integrando os exércitos de Camarão. Isso aconteceu porque na zona das lutas contra os holandeses o escravo índio fora substituído pelo escravo negro. Aquella época, pois, o índio, na zona do litoral nordeste principalmente, não estava rebelado contra os portugueses, dado que ali não mais era unicamente visto como escravo. E por isso os vemos, ao lado dos portugueses, como integrantes das forças de Camarão, lançando suas frechas contra o invasor.

Mas — já o disse — os índios não somente tomaram o partido dos portugueses. Muitos deles aderiram aos invasores. E como prova disso é que ocorreu, depois de expulsos os holandeses da Bahia, a rebelião dos índios da serra de Capahoba, que Frei Vicente do Salvador registra em sua HISTÓRIA DO BRASIL.

Esses índios, "depois de haverem — conta Frei Vicente — sustentado a briga dous dias, mandaram perguntar a Gregório Lopes, cabo das nossas companhias, que vinda fora aquella às suas terras, donde nunca foram brancos a fazer-lhe guerra, não lhes tendo elles dado causa a ella? O qual respondeu que não o haviam com elles, sinão enquanto eram fautores de defensores dos potiguares, que se haviam rebellado contra o seu rei havendo prometido vassalagem, e se haviam confederado com os holandezes e morto os portuguezes seus vizinhos contra as pazes que tinham celebradas, e assim se desenganassem, que se não iria sem levar cativos ao governador, ou lhes custaria a vida". E os índios se viram obrigados a se entregarem. Foram escravizados, e o governador, sem tomar nem um por si, cometeu ao desembargador João de Souza Cardines que os repartisse

pelos soldados e outros moradores, para que os servissem em pena de sua culpa e rebelião, mas muitos se acolheram a sagrado das doutrinas dos padres da Companhia, onde foram bem acolhidos", e em vez de escravizados pelos colonos, o eram pelos jesuítas, recebiam a escravidão jesuítica.

O fato em foco acontecera durante a primeira invasão. Na segunda, verifica-se o período áureo do domínio holandês no Brasil, graças à atuação marcante do príncipe Maurício de Nassau. O novo domínio holandês, no seu governo, teve, em verdade, assinalado período de progresso. A Nassau não escapou a catequese dos índios. Evidentemente, ele soube conquistar a simpatia, não somente dos holandeses, como também de muitos portugueses. Além de tudo, fizera justiça no seu governo. Nos criminosos — via criminosos. Nos homens honrados — via honrados, fossem portugueses ou holandeses. Além disso, valorizando sua administração, trouxe consigo uma corte de renomados artistas.

É verdade que no seu governo o progresso do Brasil foi enorme. É verdade que ele se revelou um grande político. Mas, se a Mauricéia foi uma grande cidade, não se deve atribuir o êxito ao colono holandês e, sim, a Nassau. A prova disso é a catástrofe dos holandeses após a ausência de seu príncipe. Os colonos batavos em quase nada diferenciavam dos colonos portugueses: possuíam aquele mesmo espírito mercantilista. Como os portugueses, eles — exceto no governo de Nassau, é claro — de sua colônia apenas queriam usufruir lucros. Como os lusitanos, eram suga-sugas das riquezas adquiridas. O holandês, apesar dessas semelhanças, revelava-se ainda pior colono que o português, porquanto não possuía aquela queda

Nos tempos das invasões holandesas

pelas mulheres exóticas, tão peculiar aos lusitanos. O holandês, audacioso conquistador, não era bom colonizador.

* * *

Os índios nas bandeiras e nas minas

 DOIS SÉCULOS de árduas lutas, de penetração pelo hinterland brasileiro. Dois séculos de tantos desenganos!

Somente nos fins do século XVII, as brumas do lendário se esgarçam e a estrela do ouro surge brilhando no mundo das realidades. Mas para que isso acontecesse, foram necessários o suor e o sacrifício de tantos! A história das bandeiras é uma história assim, cheia de lutas e sofrimentos. Os bandeirantes iam em penosas caminhadas pelos sertões adentro, sofrendo a ameaça dos índios inimigos e as vicissitudes das longas caminhadas, muitas vezes até tombando mortos por doença ou fome.

Esse movimento que foi, ao mesmo tempo, tragédia e epopeia, teve sua fonte principal em São Paulo e isso em con-

sequência da sua situação geográfica — um lugar quase que completamente isolado do mundo. "Em primeiro lugar — diz Alexander Marchant — o transporte entre os portos do litoral e o planalto não era fácil; em segundo, toda a região estava muito ao sul e por conseguinte não era fácil a comunicação com a Europa. Os colonos do sul, portanto, encaminharam-se para outro modo de vida, descendo os rios de seu planalto e abrindo caminho para o interior do continente."

O avanço dos colonos para o interior se realizou em consequência da influência que os paulistas receberam de duas forças características. Uma impulsionadora e outra atrativa. A primeira, era a Serra do Mar empurrando-os para o interior, porque dificultava-lhes a comunicação com o litoral. A segunda, eram os sertões chamando os paulistas, porque lhes acenando com duas promessas: o OURO (que era o ideal dos portugueses) e os ÍNDIOS (ótimas presas para escravização). Eis porque os paulistas devassaram os nossos sertões. A princípio, as bandeiras foram unicamente despovoadoras, pois eram perseguidoras dos índios. Do sertão apenas desciam índios escravizados (muitas vezes até tribos inteiras), sem se preocuparem com fixação no interior. Pareciam cidades andarilhas.

Porém, nos fins do século XVII, os bandeirantes descobriram o OURO, e então se fixaram nas regiões centrais, tornando-se colonizadores.

Aos índios muito se deve a glória dessa descoberta, porque:

a - foram eles que, principalmente, atraíram os colonos para o interior.

b - foram eles que compuseram, em grande maioria, as bandeiras e as monções. Basta citar que as tropas de Raposo Tavares, em 1629, se compunham de 900 mamelucos e dois mil índios. E as que socorreram Pernambuco, em 1647, sob o comando de Antônio Pereira de Azevedo, contavam com 200 soldados e dois mil índios.

c - "o costume de bandeirar é indígena."

d - as bandeiras penetraram, muitas vezes, pelos caminhos traçados pelos indígenas e, finalmente, sem índio não haveria bandeira.

Descobertas as minas — como já disse — as bandeiras deixaram de ser simplesmente exploradoras e despovoadoras, para se tornarem colonizadoras. A partir de então,

*"Cada passada tua era um caminho aberto!
Cada pouso mudado, uma nova conquista!*

.....
Teu pé, como o de um deus, fecundava o deserto!"

Então as cidades surgiram milagrosamente, e de Portugal e do litoral o homem emigrava para os sertões auríferos. Um novo período se iniciava na história nacional. Começava a exploração dos minérios. E novamente os colonos procuraram auxílio no braço indígena para tão penoso serviço, porque sem ele, "nada se podia conseguir".

Um "provedor de minas — diz Cassiano Ricardo em *MARCHA PARA O OESTE* — requerendo coisas para o serviço de S.M., conta que fundara um engenho de ferro e

que, para que o respectivo fabrico não perecesse, seria preciso que se lhes fornecessem mais índios, além dos oito fornecidos pelo capitão dos marmemís. O gentio chegado, acrescenta, destinava-se ao "benefício das minas e dos metais".

Um pouco mais adiante continua Cassiano Ricardo:

"Clamam os homens pobres dizendo que, para remediar suas necessidades, lhes era preciso "muitas vezes pedir ao sr. governador, 4 índios assim para fazer mantimentos para comer como para irem tirar ouro para seu remédio".

Porém, o penoso trabalho das minas, o mau trato do português ao índio — sempre a mesma incompreensão dos colonos ao temperamento dos gentios! — tudo concorreu para a fuga dos indígenas da vida nas minas, da escravidão, do trabalho na extração do ouro. Bem verdade que "da legislação mineira — como diz Atilio Vivacqua em *A NOVA POLÍTICA DO SUB-SOLO* — surgiram rebentos embriônários do direito social moderno na incipiente regulamentação do trabalho assegurando tratamento especial ao índio empregado na lavoura".

Mas, apesar do que a legislação mineira assegurava aos indígenas, eles, todavia, não estavam livres da ganância dos portugueses, do tratamento inumano que lhes dispensavam os colonos. Por causa desse tratamento, da situação humilhante em que lhes queria colocar o colono, e por causa ainda da aspereza do trabalho na extração do ouro, "os índios não queriam ir às minas; quando iam, não cumpriam o termo da obrigação do aluguel e com as pagas na mão se tornavam para a aldeia deixando os moradores nas minas, com os

mantimentos perdidos". Portanto, o trabalho do indígena nas regiões do ouro se processava de dois modos: escravidão e escambo.

A índole do indígena, principalmente, bem como a insubmissão do gentio à humilhação que os portugueses lhe desejavam impor concorreram para que o trabalho dos indígenas nas minas desinteressasse aos portugueses. Em consequência, o índio é substituído pelo negro. Na verdade, era uma mudança proveitosa, porque, enquanto os índios viviam na idade da pedra — os negros já eram mineradores em suas terras de origem. E com eles, "introduziram-se o emprego de alguns instrumentos toscos, como a chamada batéia, originária da África, e que ainda hoje é vista no interior do Estado de Minas, habilmente manejada pelos homens que vivem da extração de pequena parcela de ouro mineral". (A citação é de Afonso Arinos de Melo Franco). Essa mudança de trabalhadores das minas processou-se pouco tempo depois da descoberta das regiões auríferas. Basta dizer que os negros africanos, "em 1749 — segundo afirma Atilio Vivacqua — atingiam nas Minas, cerca de 40.000, isto é, excediam a população branca".

Como se pode ver, a história da descoberta das minas é, principalmente, dos indígenas. Porém, a da exploração dos minérios é mais do negro.

* * *

O Brasil volta a ser domínio português

MÉ BEM VERDADE que Vieira obtivera grande sucesso com o seu primeiro sermão. Porém, logo compreendeu que sua vitória era efêmera, e "sem poder destruir a escravidão tentou humanizá-la", o que os jesuítas haviam habilmente feito nas suas reduções. Com efeito, os acontecimentos evoluíram, "até que tomaram proporções de colisões entre os padres e os escravistas". Então Vieira foi à Corte, e de el-rei obteve, não somente a nomeação de André Vidal de Negreiros para o cargo de governador do Maranhão, mas também a lei de 1655 "que favorecia a sua propaganda, e entregava a Vieira a direção da reforma que nella se continha". Assim, com esse novo acontecimento, ele começou a sua ação juntamente com o governador. E continuou chamando os indígenas para as suas reduções, afastando-os dos colonos. O povo do

Maranhão novamente revoltou-se, agora no ano de 1661, e expulsou alguns padres, na frente dos quais estava Vieira. O principal motivo para a expulsão dos jesuítas foi porque — diz João Ribeiro — "um monge vindo de Lisboa, de má fé tornou públicas algumas cartas particulares de Vieira, onde se pintava com cores negras mas exatas as misérias morais da colônia".

Tendo subido em Portugal um grupo contrário aos jesuítas, essa rebelião causou grandes transtornos, pois foi lançada a provisão de 12 de setembro de 1663, que entregava a catequese dos indígenas a todos os padres, para que todos fossem "vbreiros do Senhor". Porém, em resposta a esta, vem a Lei de 12 de outubro de 1680, que restituía aos jesuítas o seu poder sobre os índios.

O que mais veio despertar a antipatia do povo do Maranhão foi a criação da Companhia de Comércio, em 1662, a qual tinha o monopólio do Maranhão e do Grão Pará, durante vinte anos, monopólio de importação e exploração de tudo quanto entrasse ou saísse da colônia — diz Lemos Brito — inclusive escravos africanos". À Companhia de Comércio também ficou o direito de descer índios até cem casais para seu serviço, porém ficava com a obrigação de importarem para o referido Estado, durante o seu período de monopólio, o "número de dez mil negros, a razão de quinhentos por ano, se tantos foram necessários para as fazendas e lavouras dos moradores. Era o monopólio! Logo a Companhia de Comércio começou a fazer as suas explorações.

"Os preços dos gêneros de importação foram exorbitantemente elevados — diz Lemos Brito — e diminuídos para os de exportação". Por isso os colonos se levantaram,

tendo à frente Beckman. Obtendo a vitória, extinguíram a Companhia de Comércio e expulsaram os jesuítas. Beckman realizara os seus desejos e o dos colonos: "A duas coisas devemos por termo - aos jesuítas e ao monopólio, a fim de que tenhamos as mãos livres quanto ao comércio e quanto aos índios."

Mas, com o tempo, o ânimo dos colonos foi se arrefecendo, e Beckman viu-se abandonado. Gomes Freire assume o poder do Maranhão sem encontrar a mínima resistência e manda enforcar Beckman, o chefe da revolta.

Beckman, porém, — diz Lemos Brito — "antes que morresse, viu, incrível contradição da justiça humana, Gomes Freire de Andrade abolir o estanco, motivo pelo qual se havia urdido e desdenhado a revolução!

Achavam-se, portanto, oficialmente justificados os motivos do levante, mas levavam-se à força os homens que se expuseram pela causa do povo!"

Beckman fora derrotado. Mas, em parte, seu motim vencera: fora abolido o estanco, mas voltaram os jesuítas. E os índios por eles novamente retornaram a ser dirigidos no ano de 1686, por força da carta régia de 21 de setembro.

No Sul, os paulistas continuavam suas incursões nos aldeamentos dos jesuítas. "Em 1665 um certo Favila — conta João Dornas Filho — incendiou em Guayra oitocentas malocas, matou mais de mil índios e trouxe um rebanho de quatrocentos escravos. Os bandeirantes de Piratininga conduziram em poucos anos aos mercados de São Paulo cerca de quinze mil cativos, e só Manoel Preto possuía mil em sua fazenda".

Era a luta do colono escravizador contra o jesuíta também escravizador. Tanto assim que, em 1741, governando em nome de Benedicto XIV, o cardeal Passionei expediu "o breve *Immensa Pastorum Principis* aos bispos do Brasil, condenando a brutalização do homem pelo homem, mais grave ainda quando esse homem era sacerdote de Christo. Mas a América estava muito distante para que o sentido destas palavras fosse entendido" — diz João Dornas Filho.

Quando os jesuítas retornaram a São Paulo, em 1653, — como já dito — não deviam se envolver com os assuntos de liberdade e aldeamento de índios. Muito além dessa data, em 1677, como corresse um boato segundo o qual os padres haviam conseguido uma nova lei protetora dos índios, o povo aglomerou-se na porta do colégio, ameaçador. Por isso, os padres resolveram abandonar São Paulo. "A câmara e o povo — diz F.T.D. — convencidos do bem que eles realizavam, confessaram a injustiça dos agravos que lhe haviam feito, dirigiram-lhes uma súplica para que não partissem (1684) e asseguraram-lhe que estavam prontos para defender contra qualquer insulto."

Acontecimento mais grave ocorre em 1750: um tratado negociado entre Espanha e Portugal determinava que a Colônia do Sacramento, o Território das Missões, onde estava localizado os Sete Povos das Missões, ficasse como domínio espanhol. Quando a comissão dos dois países foi proceder a demarcação, viu-se impossibilitada de fazê-lo, em virtude de a princípio os padres lhe negarem até alimento e finalmente, instigados por esses mesmo padres, levantaram-se com os índios de arma em punho, resistindo tenazmente. "Os índios já teriam realizado a mudança se os padres seriamente o

quisessem". Mas os padres não haveriam de querer isto, quando este Sete Povos das Missões era na verdade um estado teocrático, onde os índios trabalhavam para encher de riquezas os cofres da Companhia de Jesus.

"Por este tempo — diz João Dornas Filho — estava exilado em Lisboa, para fugir à perseguição que lhe moviam os padres da Companhia, o Paraense Paulo Silva Nunes, por mais de quinze anos contra os jesuitas denunciou, requereu, declamou. Em inúmeras representações suas, desaperebida na secretaria de estado, esvurmou os abusos e sofismas da Companhia, apontou-lhe as desobediências, exproibou-lhe a ganância, compendiou as acusações que de toda parte choviam contra ella."

Em 1755, o rei de Portugal baixou um alvará, onde providenciava a respeito do problema da miscigenação, nos seguintes termos:

"Sou servido declarar que os meus vassallos deste Reyno, e da America, não ficão com infamia alguma, antes se farão dignos de minha real atenção, e que nas terras, em que se estabelecerem serão preferidos para aquelles lugares, e occupaões, que couberem na graduação de suas pessoas, e que seos filhos e descendentes serão habéis e capases de qualquer emprego, honra ou dignidade, sem que necessitem de dispensação alguma, em razão destas alianças, em que serão também comprehendidas, as que se acharem já feitas antes desta minha declaração. E outrossim prohibo que os ditos meus vassallos casados com índias, ou seus descendentes sejam tratados com o nome de Caboclos, ou outro semelhante, que possa ser injurioso."

Esta foi uma medida de importância tomada pelo rei de Portugal, porquanto, promovendo a incorporação do indígena no caudal do povoamento, evitava qualquer guerra de raça.

Em 6 de junho de 1755, Pombal decreta, "a completa liberdade dos índios, regulamentada pelo alvará do dia seguinte, que abolia o poder temporal dos padres de qualquer ordem religiosa sobre os indígenas, incompatível — como dizia, com as obrigações do sacerdócio, e altamente contrário à boa ordem e administração da justiça."

Porém um ano após estes alvarás, cai nas mãos de Pombal os papéis de Paulo da Silva Nunes. E o ministro português os publicou sob o título de *TERRIBILIDADES*. Os jesuítas, com o decreto de 6 de junho de 1755, não se abalaram de suas reduções. Pombal então consegue de Benedicto XIV a bula de 10. de abril de 1758, "que autorizava o cardeal Saldanha, patriarca de Lisboa, a reformar a Companhia do Reino e seus domínios". O Cardeal Saldanha encontrou tanta irregularidade na Companhia que determinou a proibição de continuarem os padres nas suas transações comerciais, como também suspendeu-lhes das ordens de confessar e pregar. Mas, somente em 1759 os jesuítas, pela lei de 3 de setembro, foram "proscritos, desnacionalizados e expulsos do reino e seus domínios". Mais tarde era extinta a Companhia de Jesus em todo o mundo católico.

Estavam assim abolidas a escravidão do índio e a Companhia de Jesus.

* * *

O colono português

MA HISTÓRIA do colono português no Brasil começa, precisamente, com a vinda dos primeiros donatários. Mas, para estudá-lo na sua função colonizadora, necessário se torna que o olhemos por dois prismas distintos: o político-econômico e o racial. É preciso que assim o estudemos para não cairmos no erro cometido por muitos historiadores: ou elogiá-lo excessivamente como se fosse deus, ou destruí-lo esmagadoramente como se fosse o próprio diabo.

Estudemo-lo pelo

PRISMA POLÍTICO-ECONÔMICO

O que maculou a colonização portuguesa no Brasil foi o sistema usado pelos colonos em seu relacionamento com o indígena — cruel, afastado dos princípios humanitários. O português via nos indígenas animais de carga, que só podiam servir para o trabalho escravo. Nem uma só vez penetrou na alma do gentio — alma generosa para os amigos e rebelde para os inimigos ou exploradores. O português considerou o indígena um ser inferior, um animal — e o indígena, além de desconfiado, era brioso. O resultado do entrecchoque de culturas foram as guerras que os gentios levaram aos colonos — guerras que foram a causa do fracasso do sistema das capitanias.

É certo que o rei de Portugal tentava promover a aproximação amigável do índio ao colono, no que não era correspondido pelo português aqui chegado. Se o rei de Portugal procurava ver no gentio um aliado — o colono via um ótimo braço para as suas lavouras, via um escravo. Por isso os colonos lançaram-se a prear os gentios — o que veio resultar em sangue e sacrifício. Apesar disso, alguns indígenas se aliaram aos portugueses — e estes foram, na verdade, os defensores da terra contra os piratas.

Quando os primeiros portugueses aqui chegaram em 1500, sua primeira atitude foi a revelação de seu espírito impregnado de ambições. Haveria ouro na terra? — esta foi sua primeira indagação, a qual, durante mais de século e meio, teve resposta negativa.

Durante todo o período em que sua pergunta recebia essa resposta, ele se estabeleceu numa sociedade com base econômica na agricultura, não porque seu espírito melhor se adaptasse à atividade rural, mas por necessidades emergentes das circunstâncias. Em primeiro lugar, para organização da defesa da terra. Em segundo, para possibilitar a procura do ouro. O colono português, aqui no Brasil, fora agricultor simplesmente a passa chuva.

Esta foi sua atitude durante o primeiro século. No segundo, ele começa as suas incursões pelo interior, vasculhando o Brasil em todos os sentidos, sul-norte, norte-sul, leste-oeste, na busca do precioso metal. Já se falava na existência de ouro na terra do Brasil, ainda que lendariamente. Somente no fim do século XVIII os seus sonhos se tornam realidade. Então — aí começa o seu grande erro — os colonos do litoral emigram quase em massa para as minas do interior, abandonando a lavoura. Daí em diante sua única preocupação foi o ouro. Para a economia do Brasil tal fato foi catastrófico, porquanto o precioso metal, quase em sua totalidade, era desviado para Lisboa, para sua Corte, que sempre fôra voraz sangue-suga das nossas riquezas. Consequentemente, o Brasil não ficava com uma economia própria, duradoura.

Olhado pelo prisma político-econômico o português revelava-se péssimo colono, o que veio causar o eterno marcar passo do Brasil na exploração de suas riquezas. Tanto assim que somente de alguns anos passados para cá é que o Brasil vem se industrializando. Um século de atraso!

Mas, se olhado pelo prisma político-econômico o português era um mau colonizador, pelo

PRISMA RACIAL

era um dos melhores povoadores.

"O longo contato com o serraceno — diz Gilberto Freire — deixara idealizada entre os portugueses a figura da "moura encantada", tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos, envolta em um misticismo sexual — sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas — que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil."

Foi essa maneira de perpetuar-se "noutros povos", sem exclusividade de raça nem exclusividade de cultura que fez do português — como diz Manoel Bomfim — "o mais humano dos colonizadores, porque foi o que mais cruzou".

Aqui no Brasil, quando o português chegou, deixou de ser português para se tornar caraíba, que, na língua da gente vermelha da América significa um ser divino. Por isso, as mulheres índias, com a alma de menina ingênua, deixaram-se apaixonar pelo peros, e por qualquer bugiganga a eles se entregavam, de modo fácil. Desse cruzamento de índias com portugueses — caraibas — surgiu o mameluco.

Essa facilidade de se perder no seio de outros povos e essa ausência completa do puritanismo inglês na alma do português tiveram assinalada importância na formação social do Brasil. O temperamento do colono português afastou do país as odiosas guerras de raça que tanto ensanguentaram a América do Norte. Aí está a maior virtude do colono lusitano.

* * *

O jesuíta no Brasil

ESTUDAR O JESUÍTA é um problema deveras difícil, por tratar-se de assunto onde mais nitidamente se tem revelado o espírito de parcialidade de historiadores. Uns, neles somente vêem defeitos. Outros, exclusivamente virtudes. Para que não incidamos no mesmo erro, devemos olhar o jesuíta por outros dois prismas distintos: o religioso e o político-econômico. Enfoquemos os irmãos de Loiola pelo

PRISMA RELIGIOSO

Já vimos que a ação dos jesuítas no Brasil se dividiu em dois nítidos períodos: o período de Anchieta e o período de Vieira.

No primeiro dos mencionados períodos é onde se revela o espírito cristão dos jesuítas, a sua abnegação na catequese

dos indígenas. Nesse período — apesar de eles para aqui terem vindo por uma necessidade econômica — os jesuítas foram cobertos de virtudes. Quando eles aqui chegaram e viram o aspeto dos gentios, se indagaram como proceder a ação da catequese. A resposta encontraram no culumim, a quem arrancavam "verde à vida selvagem; com dente apenas de leite para morder a mão intrusa do civilizador; ainda indefinido da moral e vago nas tendências." (É de Gilberto Freire a citação).

O seu processo consistiu, pois — como ainda diz o autor de *CASA GRANDE E SENZALA* — "no filho educar ao pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande".

Os métodos que eles usaram para fazer a aproximação do culumim às suas missões os revelaram profundos psicólogos. Vendo que o culumim era indispensável para a catequese dos índios, procuraram desvendar de que gostava e atenderam aos seus desejos. Escreveram os autos que agradaram a alma ingênua do indígena. Tornaram as procissões em cordões de carnaval. Os índios acompanhavam o cortejo com suas danças selvagens e os seus cantos livres. Muitos deles até pensando mais no seu Tupã do que no deus dos abarés.

Nesse período de Anchieta, os índios cristianizados eram tratados humanamente. Porém os que não acreditavam nas conversas dos abarés, os que temiam as pragas e os feitiços dos pagés, os que continuavam manifestamente adorando Tupã, encontravam nos jesuítas verdadeiros inimigos. Nesse período de Anchieta os jesuítas praticaram um pecado: escravizaram alguns índios. Em todo mundo existia a intole-

rância religiosa. O seu indiferentismo pela sorte dos pagãos e a escravização de índios decorreram da intolerância religiosa. Se o crime foi da época, isso não veio desvirtuar integralmente a ação dos jesuítas.

No período de Vieira — também já vimos no presente estudo — os jesuítas deixaram de agir como religiosos e, dominados pela ambição, fizeram de seus meninos, escravos. E com o suor desses indígenas por eles escravizados, os abarés construíram grandes riquezas para a Companhia de Jesus, que assim deixou de ser Companhia religiosa para se converter em Companhia Comercial.

PRISMA POLÍTICO-ECONÔMICO

Devemos estudar o jesuíta no Brasil pelo prisma político-econômico no período de Vieira, indagando a respeito de sua influência direta na economia do país.

Com essa transformação de religiosos para negociantes, os jesuítas se estabeleceram em uma sociedade estruturada com base econômica na agricultura. Suas missões deixaram de ser centros religiosos para se tornarem centros de comércio e agricultura. Aí há uma grande produção na agricultura e numeroso gado.

"Só no Pará — diz Lemos de Brito — possuíam nove fazendas rurais. No Maranhão, sete agrícolas e seis de criação de gado. Delas tiravam açúcar, aguardente, farinha, cacau e algodão." Os seus engenhos eram engenhos-modelo. Para mobilização de tal serviço e de tal cultura neces-

sário se tornava um trabalho intenso e controlado. E isso logo os jesuítas encontraram nos seus meninos. Para adquirir um grande número de escravos, desviaram, habilmente, a atenção do lavrador do litoral para o escravo negro, e chamaram esses índios para as suas reduções. Os gentios eram submetidos à escravidão jesuítica e passavam a trabalhar na construção da riqueza dos abarés. Era tão grande a ambição dos discípulos de Loiola, que até planejaram a fundação do Quinto Império do Mundo, onde existiria um governo teocrático.

Mas os colonos não viram com bons olhos o progresso das lavouras dos padres, e por isso atacaram suas missões, dentre as quais algumas defenderam-se tão heroicamente das incursões paulistas, que causaram surpresa ao mundo. Porém veio Pombal e os expulsou. Assim findava a idéia dos jesuítas de fundarem o Quinto Império, como também acabava aquela política de segregação dos índios em missões, não permitindo que aí se falasse outra língua senão o guarani. Essa política consistia em isolar o gentio dos colonos para estes não terem conhecimento do poderio das missões jesuíticas. Outra falha dos jesuítas foi não terem promovido o caldeamento do indígena, o que lhe tiraria da triste situação de escravo, e "seria o primeiro passo para incorporá-los — diz João Dornas Filho — definitiva e pacificamente, no seio do cristianismo. Antes pelo contrário. Já vimos como eles os segregavam nas suas reduções a ponto de proibir-lhes a aprendizagem de outra língua que não fosse o guarani pouco ou nada acessível no contato com o resto da Colônia."

* * *

O índio na evolução do povo brasileiro

A PRIMEIRA ATITUDE dos índios diante do português foi um gesto de espanto. E o consideraram deuses - caraibas. Logo se misturaram com a gente branca recém-chegada — os homens, as mulheres e as crianças — tudo numa alegria infantil, dançando suas danças selvagens. Este foi o primeiro gesto do índio naquela manhã cheia de luz do ano de 1500.

Mas depois, quando o português se estabeleceu definitivamente no Brasil como colono, o índio mudou o ritmo de suas danças. Em vez de ser uma dança selvagem, acompanhando o ritmo dos maracás e dos cantos livres, viram-se a dançar uma dança macabra, ritmada pelo estalar dos açoites nas suas costas e pelos gritos dos feitores. Esta foi a sua segunda atitude.

Após essa dança macabra, os índios se revoltaram, e dançaram suas danças de guerra, e cantaram seus cantos de guerra. Foi quando destruíram as capitânicas hereditárias, incendiaram vilas e mataram colonos.

No século XVII começa a quarta atitude do gentio. É a fuga pelos sertões a dentro; é a sua procura de refúgio contra os portugueses no seio de sua mãe-floresta. E daí em diante é somente esta a dança do gentio... Porque as suas terras foram conquistadas pelos intrusos invasores fugiram para os sertões: índias, culumins e índios.

ÍNDIAS

A cunhã, não resta dúvida, desempenhou papel de destaque na história social do Brasil. Quando, pela primeira vez, ela viu os portugueses — já o disse — os chamaram de caraibas e nuas se roçaram entre eles, desenhando na mente do português uma nova moura encantada, "apenas — como diz Gilberto Freire em *CASA GRANDE E SENZALA* — menos arisca: por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos caraibas gulosos de mulher". Durante todo o período de contato com os portugueses, assim procederam as cunhãs. Deste cruzamento, deste amor fácil entre peros e cunhãs, nasceu o mameluco, mais tarde um dos maiores inimigos dos gentios.

"Ela ainda — diz Gilberto Freire — nos deu a rede em que se embalaria o sono ou a volúpia do brasileiro; o óleo de coco para o cabelo das mulheres; um grupo de animais domésticos amansados pelas suas mãos.

Da cunhã é que veio o melhor da cultura indígena. O asseio pessoal. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho e sempre de pente e espelhinho no bolso, o cabelo brilhante de loção ou de óleo de coco, reflete a influência de tão remotos avós."

Além disso — a sua agricultura. Na verdade, o trabalho das lavouras era, em sua maior parte, praticado pelas cunhãs. Os homens só faziam mesmo limpar o terreno. Elas, as cunhãs, atiravam a semente de onde mais tarde brotaria o fruto.

OS CULUMINS

Sem os culumins não teria sido possível a catequese dos indígenas. Os jesuítas, quando aqui chegaram, se viram diante da impossibilidade de se aproximarem do índio homem, o que criava obstáculo ao início da catequese. Somente conseguiram vencer esse obstáculo usando como meio o culumin.

Assim, a criança indígena, arrancada "ainda verde à vida selvagem", tornou-se o elo entre a civilização e o primitivismo tribal. Foi ele quem aproximou o índio do europeu, o pagão do cristianismo, e quem levou os jesuítas ao seio de seu povo. Quando discípulo dos jesuítas, aprendendo o latim e o português, ensinou o guarani. "Discípulo e mestre" — na expressão de Anchieta.

Mas, se o culumin aproximou o indígena da civilização, também destruiu a cultura de seu povo: introduzindo os costumes dos aventureiros mudou os hábitos dos indígenas. Se

ele aproximou o seu povo da religião, tirou uma parte de suas crenças nos pagés e nos seus deuses. Mas da sua destruição ainda sobra na alma do povo brasileiro lembranças vivas da cultura antiga dos indígenas, como, por exemplo, a caipora, o caiporismo, o saci pererê e muitas canções de ninar.

Se a cunhã e o culumín desempenharam relevante papel no desenvolvimento da história nacional, maior ainda foi a contribuição do

ÍNDIO.

Se a cunhã nos deixou o mameluco; se o culumín aproximou duas civilizações antagônicas - o índio construiu a riqueza de um povo durante mais de dois séculos. Durante o século XVI e até meados do século XVII, a lavoura foi em sua maior parte trabalhada pelo braço do índio, trabalho esse que foi continuado, embora sem o mesmo dimensionamento, até meados do século XVIII. Foi o índio que precedeu o negro nas plantações de cana; quem acompanhou o passo lerdo do gado através dos sertões; quem atraiu o português para o interior do Brasil, assim alargando as fronteiras nacionais.

O índio não continuou por longo tempo no trabalho das fazendas e dos engenhos, em virtude dos métodos crueis que os colonos empregaram na sua utilização.

Uma das mais valorosas contribuições do índio em nossa história foi, principalmente, a defesa da terra. Sem ele, o português não expulsaria o francês nem o holandês, nem nossas fronteiras seriam tão vastas. O índio foi quem sustentou,

nos dois primeiros séculos e metade do terceiro, as lavouras e as criações de gado — embora recebesse como paga de seus sacrifícios a destruição de sua cultura e a crueldade do colonizador. Eram os

CASTIGOS

a eles infligidos pelos colonos.

Sacrifícios dos indígenas — ingratidão dos colonos. Morte de um povo — o indígena — assassinado por outro povo — o português. O ferro e o fogo como retribuição à hospitalidade que os gentios deram aos lusitanos. Eis quais foram as relações dos indígenas com os portugueses que, não se contentando com o suor derramado pelos gentios, também idealizaram os mais terríveis castigos. Não se contentaram em tirar do gentio a sua maior tradição — a liberdade. Fizeram muito mais — o torturaram. Não somente do gentio derramaram o suor — também o sangue. Dois séculos iniciais na evolução do nosso povo: portugueses e índios.

"Era um sonho dantesco!"

A história de sucessivos crimes! Talvez até que o indígena tivesse sofrido mais na escravidão do que o negro. Se o negro estava distante da sua terra natal, o gentio, nas noites silenciosas do próprio lugar onde nasceu e viveu, ouvia o canto livre da sua gente, o grito guerreiro e selvagem do seu povo. E assim, o índio que não conseguia fugir da escravidão, o que não conseguia voltar ao seio de seu povo, o que não podia retornar à vida de homem livre, tombava morto nos canaviais,

mas não em virtude do esforço do trabalho, do sangue que tombava de seu corpo ao silvar dos chicotes — morria, sim, porque aqueles cantos nas noites de silêncio lhe despertavam evocações de sua vida livre. Porém alguns morriam dos castigos — que eram terríveis — ou no tronco, ou na boca de um canhão, ou presas as pernas em duas canoas, por lhe faltarem os cavalos, correrem estas à força de remos em contrários rumos". Os que compravam os indígenas, "pela primeira culpa ou fugida que faziam — diz Frei Vicente — os ferravam na face, dizendo que lhes custaram seu dinheiro e eram seus cativos."

"Para estes e outros castigos — diz Lúcio de Azevedo — bastavam meras suspeitas de rebelião."

E a esta gente que sofreu os mais bárbaros crimes; e a este povo que construiu, durante os dois primeiros séculos e metade do terceiro, a história e a riqueza do nosso povo; a esta gente que nos deu a agricultura, que nos deu a terra, que plantou canaviais e conduziu boiadas, muitos historiadores chamam de indolente e incapaz para o serviço agrícola.

INJUSTIÇA!

O fator principal para o índio não haver permanecido como trabalhador durante muito tempo nas fazendas e engenhos, foi o sistema usado pelos colonos. Tanto assim que a riqueza dos jesuítas no Brasil, as suas lavouras, os seus canaviais e seus engenhos, foram todos construídos pelo trabalho do indígena. Se a gente da terra fosse fisicamente fraca, por que ela não morrera também, no trabalho das reduções jesuítas.

cas? Por acaso, sendo utilizado o mesmo trabalho — o agrícola — era um mais áspero do que o outro? Resumia-se a questão à diferença de métodos. O dos jesuítas dócil, humano. O dos colonos cruel. Os índios — nunca é demasiado repetir — não foram nem indolentes nem fracos — porém imprevidentes e fortes!

"Cada dia que eu passava no meio dos índios do Brasil — diz Martius — aumentava-se em mim a convicção que eles dantes foram outros, e que no decurso de obscuros séculos sofreram diversas catástrofes, que os reduziram ao estado atual, a uma decadência e degeneração muito particulares. Os Americanos não são uma espécie selvagem, são uma espécie inculta decadente. Ainda que em diversos países do grande continente, particularmente no México, que não representam um quadro tão triste, como as brasileiras e muitos outros selvagens da América Meridional, estou todavia persuadido a respeito também daquelas, que são na verdade o resto da decadência de um passado mais perfeito, e que muito antes da descoberta pelos Europeus achavam-se no caminho da degeneração, assim como elas não escaparam da maldição de uma decadência prematura desta cena terrestre, como as outras tribos e povos mais degenerados."

"O que presentemente eles representam em si — continua Martius — são unicamente restos de constituições, eles mesmo são ruínas de antigos povos, disjecta membra de uma raça inteira particularmente constituída, ainda nest'arte de dissolução."

O indígena, na visão de Martius, não foi selvagem, mas asselvajado. Ele, atrás de si, tinha um passado longo e

nebuloso, vinha de civilizações adiantadas, era o "último fruto de muitas catástrofes de longa duração".

"E para destruição total da civilização Americana, que já vinha se degenerando desde muitos tempos passados, veio a civilização Européia. "Pode-se dizer literalmente — afirma ainda Martius — a civilização européia matará o Americano!"

* * *

Pombal e o Brasil

 **COMO ERA NATURAL**, a riqueza crescente dos jesuítas veio despertar no colono um sentimento de inveja. Era que, além disso, o português via-se ferido nos seus interesses, desde que, isolando o índio, o jesuíta tornava difícil a sua escravização. E à medida que o gentio ia rareando no litoral, cada vez mais distante na sua penetração pelos sertões adentro, a revolta do colono ia tomando aspetos mais nítidos, e logo se revelou nas guerras que os paulistas fizeram aos jesuítas nos seus ataques às missões. Nessa guerra se evidenciou o poderio dos irmãos de Loiola, não somente econômico, também militar, porquanto, em várias missões, os padres, à frente dos índios, resistiram heroicamente à fúria do colono. Chegadas essas notícias aos ouvidos de Pombal, que via neles — diz Manoel Bomfim — uma sombra ao seu poder, um obstáculo

à plenitude do seu despotismo", dois grandes e decisivos fatos aconteceram: a libertação do índio e a expulsão dos jesuítas.

Sendo assim, a abolição da escravidão indígena derivou da luta entre duas classes: o colono e o jesuíta.

Não é necessário fazer comentários acerca da atitude de Pombal abolindo a escravidão do índio, porquanto ela, em si, revela o seu valor. Mas, expulsando os Jesuítas, Pombal teria feito justiça? Seu gesto teria sido vantajoso para a economia do Brasil?

Sob o ponto de vista religioso, a atitude dos Jesuítas no Brasil — negociantes se protegendo à sombra da religião para executar suas explorações — não poderia haver atitude mais justa, melhor penitência para os pecados dos irmãos de Loiola.

Sob o ponto de vista econômico, a atitude de Pombal foi prejudicial ao Brasil. Se religiosamente Pombal tirou um cancro de nossa sociedade, economicamente criou um outro cancro muito mais profundo, porque:

- 1 - o índio voltou ao estado de selvageria.
- 2 - a agricultura teve uma grande queda no seu movimento progressista.
- 3 - a educação também se viu prejudicada, porquanto perdeu os seus melhores mestres, os que mais tinham um conhecimento da pedagogia.

Porém essas falhas não decorreram exclusivamente da expulsão dos jesuítas. Antes, resultaram da não criação de organizações eficazes que substituíssem a Companhia de Jesus. Se Pombal houvesse criado instituições de proteção ao

índio — ele, sob o ponto de vista econômico e cultural, seria merecedor de elogios.

Mas Pombal — conforme julga Manoel Bonfim — "não era capaz de conceber uma organização eficaz em substituição (aos jesuítas), deixou-os desamparados (aos índios), em pior condição, infinitamente pior do que antes". O gesto de Pombal foi, em verdade, desvantajoso para a economia e sociedade brasileiras.

Mas sua ação relacionada ao Brasil não fica somente aí. Pombal teve outro gesto de destacável importância: "refreou e diminuiu notavelmente os poderes do Tribunal da Inquisição, que só no Brasil — diz Rocha Pombo — arrancara e condenara cerca de quinhentos infelizes de ambos os sexos".

Saliente-se, porém, que sua maior virtude, seu ato mais glorioso, foi o alvará por ele baixado em 4 de abril de 1755 — determinando providência "no sentido da incorporação étnica do selvagem no caudal do povoamento" (Em lugar anterior já citei esse alvará).

"A sabedoria desta política — diz João Dornas Filho — dispensa comentários, numa época em que assistimos o prenúncio da luta de raças que ensanguentará os Estados Unidos e a Alemanha."

Se economicamente, em relação ao Brasil, Pombal revelou-se um mau político, racialmente demonstrou não somente possuir tino administrativo, como também sentimento humano, idéia cristã — no seu verdadeiro significado.

Aracaju, setembro de 1944.

Bibliografia

- A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA
ALEXANDER MARCHANT - **Do Escambo à Escravidão.**
- AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO - **Terra do Brasil.**
- ANTÔNIO OSMAR GOMES - **Os Meninos dos Jesuítas** (Revista do Brasil - Ano 5 - no. 45 - pags. 34-37)
- A. J. ALVES DE SOUZA - **Garimpagem e Comércio de Diamante (Regimens a que tem Estado Submetida a Exploração dos Diamantes)** - Trabalho publicado em O ECONOMISTA de junho de 1944.
- ATTILIO VIVACQUA - **A Nova Política do Sub-Solo.**
- AUGUSTO LIMA JUNIOR - **O Ouro do Brasil** (O *Jornal do Comércio* , de 4 de junho de 1938.)
- AUGUSTO FRANCO LIMA - **Colonização e Colônias no Brasil.**
- BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA - **O Pau Brasil na História Nacional.**
- CAPISTRANO DE ABREU - **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.**
- CASSIANO RICARDO - **Marcha para o Oeste.**
- DELGADO DE CARVALHO - **Geografia Regional do Brasil (4a, série).**
- DJACIR MENEZES - **O Brasil Econômico.**
- ESTÊVÃO PINTO - **Os Índigenas do Nordeste.**
- EUCLIDES DA CUNHA - **Os Sertões.**

- FREI VICENTE DO SALVADOR - **História do Brasil.**
F.T.D. - **História do Brasil.**
F. C. HOEHNE - **Botânica e Agricultura no Brasil**
(século XVI.)
E. A. DE VARNHAGEN - **História Geral do Brasil.**
GILBERTO FREIRE - **Casa Grande e Senzala**
Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira
GANDAVO - **História da Província de Santa Cruz, a**
que vulgarmente se chama Brasil.
JOÃO RIBEIRO - **História do Brasil (curso superior).**
JOÃO DORNAS FILHO - **A Escravidão no Brasil.**
LUIZ AMARAL - **História Geral da Agricultura**
Brasileira.
LEMOs BRITTO - **Pontos de Partida para a História**
Econômica do Brasil.
MANOEL BOMFIM - **O Brasil na História**
O Brasil
MAX FLEIUSS - **Apostilas de História do Brasil**
MARTIUS - **O Passado e o Futuro da Raça Ame-**
ricana.
NELSON WERNECK SODRÉ - **História da Literatura**
Brasileira
Oeste
OLIVEIRA VIANA - **Evolução do Povo Brasileiro.**
PEDRO CALMON - **História da Civilização Brasi-**
leira.
ROCHA POMBO - **História do Brasil (curso su-**
perior).
ROBERTO SIMONSEN - **História Econômica do**
Brasil.
STEFAN ZWEIG - **Brasil, País do Futuro**
VITOR VIANA - **História da Formação Econômica do**
Brasil.

DAG GRÁFICA E EDITORIAL LTDA.

Av. N. Senhora do Ó, 1782, tel. 857-6044

Imprimiu

COM FILMES FORNECIDOS PELO EDITOR

Obras do Autor

Sociologia

Brasil — Síntese da Evolução Social
O que é Reforma Agrária
Elogio a Sílvio Romero

Contos

Os Anônimos
Areia Branca
Letras Um
Um Poema para Clarice

Romances

Zero Três
Ainda é Noite

Poesia

Noite Azul
Efêmero

Jurídicos

Dicionário de Direito do Trabalho
Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Estabilidade com Indenização
Contrato de Trabalho por Prazo Determinado
Lei do 13º Salário Comentada
A Nova Lei de Férias
Contrato Individual do Trabalho em sua Vigência
A Nova CLPS Comentada



SENHORES E ESCRAVOS — A ESCRAVIDÃO DO INDÍGENA NO BRASIL, de Aluysio Mendonça Sampaio (o autor de *Brasil — Síntese da Evolução Social e O que é Reforma Agrária*), aborda não só o tema escravização dos índios, mas também sua influência na formação de nosso povo. É, assim, obra que, escrita em 1944 e somente agora publicada (apesar de premiada em concurso promovido por José Calazans no Colégio Estadual de Sergipe), reveste-se de importância para compreender-se a formação histórica do povo brasileiro.

